

Acção Socialista



N.º 1294 27 Novembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

PLENÁRIO DE MILITANTES DE COIMBRA

Sócrates reafirma opção reformista

O LÍDER do PS e primeiro-ministro José Sócrates reafirmou, em Coimbra, no plenário de militantes de 25 de Novembro, que o Governo vai prosseguir no "caminho reformista" e destacou que, desde 2005, foram criados 105,9 mil novos postos de trabalho.

Ao nível das políticas sociais, o dirigente socialista destacou a reforma da Segurança Social e o complemento solidário, que abrange já 50 mil idosos, alguns dos quais com um apoio de mais 100 euros por mês, a acrescentar à pensão.



PÁGINA 20



Entrevista 10
Jaime Silva: "2007 está a ser crucial para a modernização da agricultura portuguesa"



Federação de Viseu 2
José Junqueiro: "Governos do PS subtraíram Viseu ao isolamento típico do interior"



Entrevista 7
Carlos Zorrinho: "O Plano Tecnológico é uma ideia política vencedora e com resultados para as pessoas"

PLENÁRIO DE MILITANTES
2005 PS 2007
 UM GOVERNO COM RESULTADOS

Federação	Data/Hora	Local	Dirigente
LEIRIA	29 NOV. 21.00H	Marinha Grande. Auditório do Museu do Vidro	Ascenso Simões
FRO	29 NOV. 21.00H	Lourinhã. Auditório da Assoc. Musical e Artística Lourinhanense	José Lello
ALGARVE	30 NOV. 21.00H	Faro. Auditório do IPJ	Vitalino Canas
GUARDA	30 NOV. 21.00H	Guarda. Paço da Cultura	Edite Estrela
PORTALEGRE	30 NOV. 21.00H	Portalegre. Escola Superior Educação	Miranda Calha
BAIXO ALENTEJO	01 DEZ. 15.00H	Aljustrel. Auditório da Câmara Municipal	Jorge Lação

SUPLEMENTO





“Governos do PS subtraíram Viseu

O PS/Viseu é hoje “uma formação política mais moderna, mais jovem, com muitos quadros de excepcional qualidade, bem inserida na sociedade civil e com muita credibilidade política”, afirma José Junqueiro, para quem tal facto foi determinante para que o PS fosse, pela primeira vez, o partido mais votado, no distrito, nas legislativas de 2005.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação considera que os Governos do PS, de Guterres e Sócrates, “subtraíram Viseu ao isolamento típico do interior”, designadamente através da conclusão da A24 e A25.

J. C. CASTELO BRANCO

Que marcas tem deixado a sua liderança da Federação de Viseu?

O PS é hoje uma força política mais moderna, mais jovem, com muitos quadros de excepcional qualidade, bem inserida na sociedade civil e com muita credibilidade pública, facto que contribuiu para a elevar, pela primeira vez, à condição de partido mais votado no distrito, nas eleições legislativas de 2005.

Nos últimos 12 anos, exceptuando o período de 2003 a 2005, fez eleger sempre quatro deputados, os mesmos do PSD. Foi uma transformação política histórica! Para esta nova realidade tem concorrido a atitude de manter sempre uma ligação de proximidade com os militantes, contactando com eles directamente, concelho a concelho. É com eles que o PS conta nas horas difíceis de oposição e, por isso, nunca são esquecidos quando temos as responsabilidades de Governo.

A Federação tem “site” próprio (www.psviseu.net) e produz, também, desde 2003, uma média mensal de cinco INFOR PS (página A4 de informação com fotografias). Tem uma sede com qualidade, climatizada, recursos humanos e informáticos adequados e meio de deslocação.

Como se tem processado a renovação dos órgãos federativos?

Em cada Congresso o PS renova sempre as suas listas em cerca de dois terços em função dos contributos que cada um pode dar para afirmação e credibilização do partido. Acontece pelas ideias e não pelo escalão etário ou o género. No Executivo, à excepção de mim próprio, a renovação foi total. Pela primeira vez há o mesmo número de homens e mulheres. O mesmo aconteceu na lista de deputados. Estamos bem à frente das exigências estatutárias e das metas que o PS a nível nacional tem vindo a construir.

Que iniciativas tem a Federação programadas para os próximos meses?

Mantém uma sessão pública mensal com um ministro do Governo,

convidando, em especial, o público que tenha mais afinidade com a respectiva área, continua a reunir com as estruturas concelhias, visita, com os deputados, as instituições do distrito, promove conferências de imprensa e, em particular, acompanha a vida autárquica, concelho a concelho, dando todo o apoio aos nossos eleitos, sobretudo quando estão na oposição.

A Federação continuará a produzir a sua página informativa (INFOR PS) que divulga a todos os órgãos políticos, às estruturas e Juntas de Freguesia socialistas e cujo acesso também pode ser feito pelo www.psviseu.net.

Como são as relações com a JS, o Departamento das Mulheres Socialistas, as concelhias e as secções?

Já me referi às estruturas. Quanto à JS e às Mulheres Socialistas trabalhamos em conjunto na organização de iniciativas políticas, partilhamos os recursos existentes, desde os espaços, passando pelo suporte financeiro até à utilização de meios de deslocação. Tudo é de todos e, no conjunto, conseguimos fazer melhor.

Como se tem processado a abertura do partido aos independentes e à sociedade civil?

Desde 1993, há 14 anos, que o trabalho com pessoas independentes é algo de natural. Foi assim que conseguimos trazer para o PS quadros de excepcional qualidade – requisitados agora para o desempenho de funções de âmbito nacional e regional – e foi também assim que ajudámos a construir a credibilidade pública que hoje temos. A valorização dos nossos recursos humanos foi sempre uma preocupação, começando pelo reconhecimento das capacidades dos nossos próprios militantes.

Quais são, na sua perspectiva, os principais problemas com que se debate o distrito de Viseu?

Temos, hoje, no distrito, grupos empresariais de dimensão e projecção internacionais, bem como empresas inovadoras e tecnologicamente evoluídas. Por isso, as



u ao isolamento típico do interior”

nossas preocupações são no domínio da qualidade e da qualificação. Qualidade dos equipamentos e das instituições e qualificação dos recursos humanos.

A estratégia de mobilidade, consubstanciada nos corredores rodoviários e ferroviários de maior expressão, é alvo da nossa melhor atenção por se constituir num factor estruturante do desenvolvimento económico e social.

A requalificação da actividade agrícola no distrito, também encarada na sua dimensão social, constitui uma preocupação importante que nos mobiliza para o acompanhamento dos produtores e das suas organizações e, para o efeito, temos a sorte de poder contar com o trabalho competente e incedível do deputado Miguel Ginestal.

presidências de câmara que se reduziram a quatro em 2005 por efeito das coligações PSD/CDS, cenário infelizmente comum a todo país e a quase todas as capitais de distrito. Mesmo nas autarquias onde por esta e outras vicissitudes perdemos o poder deixámos uma obra que nos orgulha. Tem sido um trabalho de grande qualidade. São autarcas com uma visão moderna e, por isso, todos eles, apostaram na qualificação dos seus concelhos, quer no que respeita às pessoas, quer no que respeita aos equipamentos. E são autarcas comprometidos com o partido ao qual dão um contributo inestimável.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

É uma oportunidade que o país não pode perder. O primeiro-ministro e o Governo negociaram e concretizaram um instrumento de trabalho para, como referiu, a qualificação, competitividade e valorização do território. A partir de meados de Novembro deste ano as candidaturas serão operacionalizadas. A entrada de mais de dez milhões de euros por dia é uma responsabilidade que deve mobilizar as capacidades e inteligência de todos os portugueses.

Que balanço faz dos dois e meio anos do Governo do PS?

O primeiro-ministro e o Governo têm sido determinados no seu movimento reformador. Ninguém ficou indiferente. Mesmo os mais críticos reconhecem o mérito da governação. Isso não impede a

melhor e mais moderno.

Espero o aprofundamento das políticas sociais, transversais a vários ministérios, e uma mudança mais profunda na administração, sobretudo na forma como lida com as pessoas, interpreta e dá solução aos problemas.

Que comentário lhe merece a actuação do primeiro-ministro?

Tenho uma opinião comum à maioria das pessoas, socialistas e não socialistas, cidadãos em geral. O primeiro-ministro demonstra saber o que quer, é determinado e conseguiu recolocar Portugal num patamar de prestígio internacional que nos orgulha e que o Tratado de Lisboa certifica. Tenho muita confiança na consolidação da imagem de Portugal no contexto internacional através da acção determinada e

“Nos últimos 12 anos, exceptuando o período de 2003 a 2005, o PS fez eleger sempre no distrito quatro deputados, os mesmos do PSD. Foi uma transformação política histórica”

“O Grupo Parlamentar, com leis como a da interrupção voluntária da gravidez, da nacionalidade, ou da paridade de género, complementarmente com o Governo, uma maior qualidade à democracia”



Como avalia a acção do Governo no que concerne a um distrito do interior como Viseu?

A A25 e A24 tornaram o nosso espaço mais pequeno. Estamos mais perto de centros urbanos importantes. Os Governos do PS, de António Guterres e José Sócrates, subtraíram Viseu ao isolamento típico do interior. A acção deste Governo vai no mesmo sentido, com especial atenção aos equipamentos sociais, de saúde e educativos, bem como ao conjunto de incentivos dirigidos às PME e à modernização do pequeno comércio. A nossa expectativa, agora, está na solução final do PRACE!

Que avaliação faz do trabalho desenvolvido pelos nossos autarcas no distrito?

Em 1995 o PS chegou a ter nove

A Federação e os deputados, como já referi, acompanham a vida dos eleitos do PS, autarquia a autarquia. Isto significa informação, resolução de problemas e acompanhamento solidário das suas lutas políticas, sobretudo nas câmaras e freguesias em que são oposição. O mesmo deve ser feito a nível nacional, porque não tem existido qualquer preocupação em articular o trabalho entre os autarcas e as Federações. Sente-se a falta da ANA/PS e do combate de alguns autarcas no âmbito da ANMP e, neste caso, a situação é de grande perplexidade!

Como avalia o QREN agora apresentado, designadamente a aposta na qualificação, competitividade e valorização do território?

nossa capacidade de reconhecer que poderemos vir a fazer melhor em algumas áreas concretas, quer na substância, quer na forma da comunicação política.

Também o Grupo Parlamentar, com leis como a da interrupção voluntária da gravidez, da nacionalidade, ou da paridade de género, complementarmente com o Governo, uma maior qualidade à democracia. O país ganhou estabilidade, confiança e modernidade. E, sobretudo, tem um rumo!

O que espera da acção do Governo até final da legislatura?

A concretização das reformas iniciadas, resultados que permitam às pessoas constatar que os sacrifícios partilhados valeram a pena e que elas são a primeira preocupação do Governo e do Estado num país

competente do primeiro-ministro, José Sócrates.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Deixo-lhes uma ideia e um pedido. Uma ideia de confiança e a convicção de que poderemos continuar a progredir e ajudar a consolidar a nossa implantação no distrito se soubermos manter a nossa capacidade organizativa e a credibilidade pública.

O pedido para intensificarmos o combate político, concelho a concelho, quer na vertente autárquica, quer na vertente governativa. Se chegarmos bem às legislativas de 2009 chegaremos igualmente bem às autárquicas. É, portanto, uma acção política mais integrada aquilo que nos espera nos próximos dois anos.



O PS NO DISTRITO DE VISEU

Comissão Política

Efectivos

José Junqueiro
Miguel Ginestal
Alcina Maria Gomes Rosa
Acácio Pinto
Afonso Abrantes
Ana Paula Madeira
Albano António Alves dos Santos
Albertino Almeida Ribeiro
Célia Monteiro Santos Abreu Conceição
Alberto Ascensão
Albino Reis Ramos
Cláudia Vieira
Alcídio Faustino
Américo Moreira
Conceição Matos
António Borges
António Manuel Santos Inácio
Daniela Filipa Cardoso Carvalho
António Pedro Pereira Dias
António Ribeiro de Carvalho
Fátima Cristina Almeida Rocha
António Rui Faria Cunha
António Silvano Moura
Fátima Ferreira
Armando Mourisco
Carlos Jorge Gomes
Inácia Odete Azevedo
Carlos Manuel Santos Rodrigues
César Branquinho
Irene Pereira
Fernando Farreca
Elias Barbosa Carvalho
Isabel Fernandes
Fernando Girão
Fernando Pereira Rodrigues
Isabel Zacarias
Hermínio Gonçalves
João Azevedo
Lisete Rodrigues
João Melo
João Ribeiro
Lúcia Araújo Silva
João Sobral
Joaquim Monteiro
Maria Dulce Pereira
Joaquim Silva Mendes
Jorge Luís Fonseca Soares
Maria Olímpia Anjos Rodrigues
Jorge Manuel Correia Caetano
José Alberto Craveiro
Maria Teresa Pais Duarte Santos
José Carlos Duque
José Júlio Norte
Marisabel Moutela
José Manuel Pereira Pinto
José Rui Cruz
Miriám Loureiro
Luís Coimbra
Luís Figueiredo
Neuza Carvalho Neves
Manuel António Fonseca Cardoso
Manuel Fernandes Pereira Almeida
Profetina Dinis
Mário Ferreira
Nuno Bártolo

Sandra Maria Moreira
Nuno Magno
Paulo Barradas
Teresa Maria Simões Figueiredo
Rui Santos
Vítor Monteiro

Suplentes

Adolfo Amaral Marques
Albano Sacramento
Ana Cristina Lopes Gonçalves
Alexandre Simões
Ana Virgínia Meneses Pinto
Almerindo Tavares
Catarina Silva
Álvaro Gomes dos Santos
Américo Ricardo Alves
Celeste Maria Soares Almeida
António Diaquino Assis
António João Pais Ferraz
Cristina de Almeida Varandas
António João Vicente Matos Lobo
António José de Almeida
Cristina Isabel V. Lourenço Esteves
Cristina Manuela Martins Correia
António José Piedade Pinto
António José Teixeira Caiado
Cristina Maria Lopes Teixeira
António Maria Duarte Ferreira
Ribeirinho
António Marques Pereira Silva
Dina Amaro
António Pedro Paiva Figueiredo
Arménio Almeida Libânio
Emília Costa Duarte
Armindo Pinto Barbosa
Avelino da Silva Almeida
Fernanda Maria Gaspar Balça
Carlos Alberto Pinto Monteiro
Corália Fernandes Santana
Gracinda Madalena Cardoso
Cristofe Pedrinho
Francisco Almeida Cardoso
Isabel Olaio Claro
Francisco Marques
Joaquim Rodrigues
Lídia de Sousa Matos Oliveira Duque
José Manuel Simões Figueiredo
José Nogueira Trindade
Maria Augusta Ferreira
Joselino Morais Teixeira
Luís Almeida de Figueiredo e Sá
Maria de Fátima Conceição P. Silva
Luís Miguel Almeida Pereira
Luís Miguel Alves Amaral
Maria Elisabete Silva Bárbara
Manuel António Ferreira Rabaça
Manuel Pereira Pinto Freitas
Maria Livramento Freitas Chaves
Manuel Vieira Lauro
Mário Rodrigues Gouveia
Maria Luzia Gomes Aguiar Cardoso
Rui Alcino Martins Alves Ferreira
Rui Carlos Martins Carneiro
Maria Teresa Couto de Figueiredo
Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Vítor Manuel Rosa Pina
Marta Alexandra Correia Costa

Vítor Tenreiro
Rosa Maria Silva Correia

Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira

João Duarte da Silva Cruz
José Pais Varela
Maria da Conceição Martins
Joaquim Ferreira Pardal
Jorge Manuel Monteiro Correia
Maria Augusta Loureiro
José António Marques da Costa
Sérgio Miguel Vieira Silva
Vanda Mónica Pereira

Comissão Federativa de Jurisdição

Waldemar Lopes Calhau
Armando Lopes Martins
Margarida Coutinho Henriques
Jorge Martins Ramos Silva
Catarina Azevedo
João Luís Vinhais Reis
Mónica Pinto da Costa
António Manuel Jesus Almeida
Maria Manuela Diego Lisboa
Mauro Loureiro Coutinho
Ricardo Jorge Bernardo
Maria Ângela Girão

Secretariado

José Adelmo Junqueiro
Conceição Matos
Luis Manuel Coimbra Pereira
Ana Paula Madeira
João de Melo
Inácia Odete F. Ferreira Azevedo
José Rui Cruz
Maria Olimpia Anjos Rodrigues
Maria de Fátima Ferreira
Maria Dulce Pereira
João Joaquim S. Ribeiro
Alcina Maria G. Rosa Saraiva
José Manuel Pereira Pinto
Alcidio Faustino
Patricia Monteiro

Presidentes das Comissões Políticas Concelhias

Américo Teixeira Moreira
ARMAMAR
José Alberto Ramos Craveiro
CARR. DO SAL
José Fernando Carneiro Pereira
CASTRO DAIRE
Armando Silva Mourisco
CINFÁES
Marisabel dos Santos Rocha Moutela
LAMEGO

João Nuno Ferreira Azevedo
MANGUALDE

Jorge Luís Fonseca Soares
MÔES - CASTRO DAIRE

Isabel Maria Zacarias
MOIMENTA DA BEIRA

Afonso Sequeira Abrantes
MORTÁGUA

Adelino José Borges Amaral
NELAS

Fernando Nunes Farreca
OL. DE FRADES

Francisco Lopes Carvalho
PENALVA CASTELO

Luis Manuel Ferreira Figueiredo
PENEDONO

Albano António Alves Santos
RESENDE

Leonel José Antunes Gouveia
SANTA COMBA DÃO

Joaquim Olindo M. Monteiro
S. JOÃO PESQUEIRA

Armando Soares Pereira Guimarães
S. PEDRO DO SUL

Nuno Miguel Rocha Bartolo
SÁTÃO

António Manuel dos Santos Inácio
SERNANCELHE

Luis Aguiar Ferreira
TABUAÇO

Mário Caetano Teixeira Ferreira
TAROUCA

António Jorge Ferreira Figueiredo
TONDELA

João Paulo Loureiro Rebelo
VISEU

Joaquim Silva Mendes
VOUZELA

Mulheres Socialistas

Presidente

Maria de Fátima Coelho Ferreira

Secretariado

Patricia Alexandra Almeida Monteiro
Isabel Maria Olaio Carvalho Claro
Ana Paula Reis Madeira
Celeste Maria S. Osório Torres Almeida

Conselho Consultivo

Patricia Alexandra Almeida Monteiro
Isabel Maria Olaio Carvalho Claro
Ana Paula Reis Madeira
Celeste Maria S. Osório Torres Almeida
Daniela Filipa Cardoso Carvalho
Suzel Maria Alves Duarte Reis
Neuza Carina Carvalho Neves
Lídia Sousa Matos Oliveira Duque
Maria Olimpia Anjos Rodrigues
Maria de Fátima Carvalho
Cristina Manuela Correia
Paula Alexandra Rodrigues
Maria Teresa Pais Duarte Santos
Ana Isabel Baila Antunes
Maria Luzia
Maria do Livramento



Comissão Política faz balanço positivo de dois anos e meio de Governo

O Governo poderá optar por uma política mais "expansionista" à medida que forem resolvidos os "constrangimentos" financeiros, afirmou Vitalino Canas no final da última reunião da Comissão Política do PS, no Largo do Rato, que fez um balanço dos dois anos e meio do Governo, concluindo que "já há resultados muito positivos para apresentar".



O PORTA-VOZ do PS disse que, até ao final da legislatura, o Executivo de José Sócrates "não abrandará o seu ímpeto reformista, porque continua a haver problemas e necessidade de se produzirem melhores resultados".

No entanto, sublinhou, "à medida que vai havendo sucesso em algumas políticas, pode haver uma opção mais expansionista por parte do Governo".

Vitalino Canas adiantou que a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2008 "já dá vários sinais nesse sentido, sobretudo ao nível do investimento público e das remunerações dos funcionários públicos".

Segundo o dirigente socialista, embora a proposta de OE para

2008 seja de "rigor", indica já o que "poderá ser uma governação socialista quando não se estiver constrangida pelo défice orçamental e quando Portugal tiver as finanças saneadas".

Sobre a primeira metade da presente legislatura, o porta-voz do PS afirmou que já se começa a falar "dos resultados das reformas feitas pelo Governo".

"Vamos chegar ao final do ano a cumprir a exigência de três por cento de défice e sem que o país esteja em recessão. Isto seria inimaginável por muitos anos, ainda há uns anos atrás", sustentou.

Vitalino Canas considerou ainda invulgar "que hoje não se discuta por o Governo se ter enganado nas suas previsões por ter

sido demasiadamente optimista, mas que se discuta por as previsões do Governo (que são até agora as mais correctas) terem sido pessimistas em relação ao crescimento económico de 2007".

Face à revisão em alta das previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE), o porta-voz do PS disse que "existe a possibilidade de Portugal crescer em 2007 acima das previsões do Governo. Obtemos esse resultado fazendo reformas importantes na Segurança Social, na Educação e na Administração Pública".

Na reunião, foram ainda aprovados o novo regulamento de quotas e o estatuto e sistema de carreiras dos funcionários do partido.

Cinco perguntas a José Lello, secretário nacional para as Relações Internacionais e membro do Conselho de Gestão do PS

QUAL a principal novidade do novo regulamento de quotas aprovado pela Comissão Política?

A partir de agora, o regulamento apenas prevê a existência de dois tipos de quotas: a quota normal, no valor de um euro, e a suplementar, acima dessa importância. Deixa assim de existir a quota de solidariedade, no montante também de um euro.

Porquê a redução da quota normal de dois para um euro?

A situação antecedente criou um problema burocrático complexo e oneroso aos serviços centrais do PS, na gestão de toda a informação relacionada com declarações e autorizações conexas com o sistema de cotização então vigente. Daí, termos optado por generalizar o valor da quotização normal ao patamar da quota dita de solidariedade, a um Euro. Com isso, pretende-se melhorar os mecanismos de tratamento informático do sistema, clarificar a situação e abdicar de procedimentos abonatórios, nem todos muito objectivos e adequadamente inscritos no espírito subjacente à criação da medida solidária de facilitação do acesso dos camaradas mais desfavore-



cidos ao cumprimento de requisitos que a condição de militante impõe. Agora, a lógica será verdadeiramente no sentido oposto. Assim, espera-se que os camaradas com condições económicas para isso optem pela quota suplementar.

Que implicações esta redução da quota normal poderá ter do ponto de vista financeiro na vida das estruturas do PS?

Financeiramente as implicações para as estruturas não serão nenhuma. Pelo contrário, poderão até vir a ser bem mais positivas. Com efeito, tal qual acontecia no antecedente, a verba de um euro inicial da cotização reverterá a benefício da estrutura de origem do militante. A novidade

neste novo regulamento é a de que, no caso de militantes que optem pela cota suplementar, eles poderão indicar a estrutura que pretendem favorecer com a parte disponível das suas contribuições. No antecedente, estas verbas beneficiavam apenas a sede central.

Porque é que se extinguiu a quota de solidariedade?

A generalização dessa quota a mais de 30 mil militantes não configurava um bom indicio da transparência que pretendemos privilegiar no nosso partido.

Os militantes que desejarem continuar a receber o "Acção Socialista" o que terão de fazer?

Como sempre, os militantes que pretendam receber o "Acção Socialista" na sua edição em suporte papel deverão assegurar o pagamento duma quota dois euros por mês, revertendo um euro inicial para a respectiva estrutura de origem e o remanescente euro para a assinatura do Órgão Oficial do Partido. Aqueles que pretendam receber o "AS" em suporte informático só terão de nos indicar os respectivos e-mail para o competente envio em Pdf. **J.C.C.B.**

OPINIÃO



ODETE JOÃO
Deputado do PS

O controlo, a dissuasão e a prevenção do absentismo serão conseguidos se existir um trabalho articulado entre a escola, as famílias e as instituições locais como a comissão de protecção de crianças e jovens, ou a autarquia, entre outros

ESTATUTO DO ALUNO: RIGOR E EXIGÊNCIA

AS ESCOLAS debatem-se hoje com problemas graves de indisciplina e incivilidade por parte dos alunos que importa debelar com determinação. Esta realidade confronta-se ainda com o absentismo que, independentemente das formas que assume (faltas justificadas ou injustificadas), transporta em si mesmo um outro espectro de problemas que exigem uma intervenção mais alargada, muito para além da própria escola.

As propostas de alteração ao Estatuto do Aluno (EA) procuram enfrentar este flagelo do nosso sistema de educativo, cumprindo os objectivos do programa com que o Partido Socialista se apresentou a eleições.

Atribuir aos órgãos de gestão das escolas e aos professores mais autoridade e maior autonomia foi a opção política adoptada.

A intervenção da escola nos processos de prevenção e controlo da indisciplina e do absentismo através de um leque mais vasto de instrumentos de gestão e de decisão consubstanciado no regulamento da escola atribuem maior responsabilidade e autonomia aos seus agentes educativos.

A celeridade de respostas é hoje uma realidade nas alterações do EA, através da confiança depositada na acção dos professores e na desburocratização e agilização de procedimentos formais, bem como na redução significativa de prazos. Sem isto qualquer medida perde eficácia.

A falta de assiduidade conduz, inevitavelmente, ao abandono e ao insucesso escolar. Combatê-la, em todas as suas formas, é uma prioridade do Partido Socialista. O controlo, a dissuasão e a prevenção do absentismo serão conseguidos se existir um trabalho articulado entre a escola, as famílias e as instituições locais como a comissão de protecção de crianças e jovens, ou a autarquia, entre outros. As alterações ao EA preconizam essa interacção entre os vários interlocutores num trabalho em rede e são o garante da construção de uma escola para todos.

Assim, sempre que existir uma falta terá que haver uma comunicação imediata entre a escola e os pais ou encarregados de educação na assunção de que as famílias têm um papel insubstituível. No reforço da sua responsabilização são chamadas a acompanhar o percurso escolar dos seus educandos, desde a primeira hora, e serão alertadas para os prejuízos decorrentes das faltas. Nos casos de negligência reiterada, a escola solicita a intervenção da rede social local para acautelar problemas de abandono escolar. À escola compete ainda aplicar aos alunos as medidas correctivas que se mostrem adequadas para admoestar comportamentos absentistas.

O regime ainda em vigor da responsabilidade do PSD e do CDS, não cuida de garantir a assiduidade, não age sobre as faltas justificadas que não têm limite, apenas controla as faltas ditas injustificadas, mas fá-lo, somente, para reter o aluno no mesmo ano, ou excluí-lo se estiver no secundário.

Este é o sinal claro de demissão da escola e corrobora a ausência ou desinteresse da família ao deixar a criança ou o jovem entregue à sua sorte. Pôr fora da escola, punir, é o caminho mais fácil e é aquele que a oposição de direita sistematicamente defende.

O resultado de não se construírem alternativas tem-nos deixado nos últimos lugares da tabela, com os índices mais elevados de abandono e insucesso escolar e tem corroído a nossa coesão social e o desenvolvimento do país.

Na defesa da escola inclusiva e no caminho do rigor e da exigência há, agora, uma nova oportunidade para os alunos que faltaram: uma prova de recuperação e eventualmente de um plano de acompanhamento. A possibilidade de retenção e exclusão resultarão, sempre, da ponderação de um conjunto de factores por parte do conselho de turma e não da decisão administrativa do limite de faltas injustificadas como acontecia antes.

Sabemos que este é um caminho difícil, mas sem a responsabilização e o envolvimento de todos não é só a escola pública que está em risco é também o nosso futuro colectivo.

“O Plano Tecnológico é um e com resultados

Independentemente dos ciclos políticos, a agenda do Plano Tecnológico “veio para ficar”, pois trata-se de uma ideia “vencedora na sociedade portuguesa”, afirma Carlos Zorrinho em entrevista ao “Acção Socialista”.

Para o coordenador do Plano Tecnológico, “a criação de empregos em serviços de conhecimento intensivo ou o aumento do quantitativo e qualitativo das exportações” constituem exemplos e são sinais encorajadores do impacto do Plano Tecnológico na nossa economia.

Segundo Carlos Zorrinho, os efeitos mais palpáveis do Plano Tecnológico começarão agora a projectar-se de uma forma mais evidente devido ao facto das prioridades nele definidas estarem contempladas no QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Aquando da implementação do Plano Tecnológico houve muita gente que, no mínimo, tinha dúvidas sobre o mesmo. Volvidos cerca de dois anos, quais os principais resultados que se podem apresentar?

Penso que as dúvidas iniciais sobre o Plano Tecnológico tiveram sobretudo a ver com a dificuldade natural de comunicar uma ideia política inovadora com a qual os portugueses não estavam familiarizados.

Hoje a ideia do Plano Tecnológico é uma ideia política claramente vencedora na sociedade portuguesa e um forte capital da governação socialista e do seu primeiro-ministro.

Os portugueses já perceberam que o país só pode ser competitivo se apostar cada vez mais nas qualificações, nas tecnologias e na inovação de processos e produtos. E perceberam também que o sucesso dessa aposta necessita da conjugação de boas políticas públicas com um forte empenhamento das pessoas, das empresas e das instituições no processo de mudança.

Os resultados dessa consciência generalizada e da nova atitude que ela induz, estão à vista. Portugal voltou a crescer de forma sustentada com base nas exportações, passámos a ter uma balança tecnológica positiva, temos mais gente a estudar no superior, nos cursos tecnológicos e nos programas de requalificação profissional, somos um exemplo mundial de inovação no governo electrónico e voltámos a atrair investimento estrangeiro em domínios de fronteira tecnológica.

Projectando o futuro. Quais os passos seguintes que pretende dar para que Portugal sinta em toda a linha o prometido choque tecnológico?

O impacto do Plano Tecnológico é um processo estrutural e de ciclo longo. Sei bem como o sucesso do plano precisa de com-

binar urgência com persistência! Todos os dias têm que acontecer acções mobilizadoras para que a viragem se consolide. Uma medida do Plano Tecnológico é por natureza uma medida em permanente execução.

O facto das prioridades do Plano Tecnológico estarem reflectidas no QREN fará com que se multipliquem a partir de agora projectos e acções que aprofundarão o Plano em domínios centrais como a educação (Plano Tecnológico da Educação) a Sociedade da Informação (Programa Ligar Portugal) as qualificações (Programa Novas Oportunidades) a Ciência (Compromisso com a Ciência) as PME (Programa SIM – Plano Tecnológico para as PME) a modernização administrativa (Simplex), a eficiência colectiva (Redes Competitivas) e o acesso em saúde (Programa e.Saúde).

Quais as áreas fundamentais em que recaiu o Plano Tecnológico e onde são mais visíveis os seus efeitos?

Os eixos de acção do Plano Tecnológico são o conhecimento, a tecnologia e a inovação. Em todos esses eixos os efeitos do Plano Tecnológico são visíveis. No conhecimento verificou-se um aumento do número de alunos em todos os níveis de ensino e uma procura muito acrescida de acções de certificação e requalificação profissional. Na tecnologia foi possível inverter a balança tecnológica e Portugal passou a exportar mais tecnologia do que aquela que importa. Na inovação conseguiu-se induzir um crescimento saudável com base nas exportações das empresas, cujo volume tem crescido em média acima dos dois dígitos nos últimos trimestres.

Em matéria de resultados, há indicadores que nos possam dar uma ideia objectiva do que se conseguiu com esta estratégia?

As metas do Plano Tecnológico foram projectadas no horizonte



na ideia política vencedora para as pessoas”

de 2010. As tendências são no entanto favoráveis e com menos de metade do tempo percorrido já percorremos mais de metade do caminho na generalidade dos indicadores. O impacto económico do Plano Tecnológico é notório embora de difícil quantificação. O aumento da atractividade do país para o investimento externo, a criação de emprego em serviços de conhecimento intensivo ou o aumento quantitativo e qualitativo das exportações são exemplos de sinais encorajadores do impacto da estratégia na economia.

O Plano Tecnológico tem ajudado a mudar o perfil da nossa economia?

A mudança do perfil dum economia é um processo de ciclo longo que não se atinge em dois anos. No entanto as empresas portuguesas têm subido nas cadeias de valor nos sectores tradicionais e têm surgido empresas com visibilidade internacional nos sectores emergentes. 276 novas empresas tecnológicas foram criadas com o apoio da Agência de Inovação. Mais de 4000 projectos de modernização tecnológica de empresas foram aprovados pelo IAPMEI no contexto do realinhamento do PRIME. O perfil da economia portuguesa está a mudar de forma sustentada e com forte empenho dos empresários e das suas associações.

Uma vertente concreta do Plano Tecnológico assenta nos protocolos com instituições internacionais da área da ciência. Qual o ponto da situação que é já possível fazer deste género de

“Tenho a convicção inequívoca de que o Plano Tecnológico é uma agenda política forte, mas não é nem deve ser uma agenda de cariz partidário. É uma agenda de convergência de vontades e competências”

“Portugal atraiu recentemente alguns investimentos muito significativos em domínios tecnológicos de fronteira, designadamente no domínio da energia, da saúde e das tecnologias da informação e comunicação

associação e quais os seus resultados mais visíveis?

Este tipo de parceria é fundamental para gerar novos focos de excelência, internacionalizar mais o sistema científico e incrementar a concorrência saudável entre as nossas escolas e centros de investigação. As metas estabelecidas para as parcerias têm sido atingidas, o investimento público em Ciência atingirá 1 por cento do PIB em 2008 e espera-se também um significativo aumento do investimento privado. O melhor indicador do sucesso das parcerias é o elevado envolvimento das nossas universidades e empresas e o grau de satisfação manifestado por todos os envolvidos.

No tocante às parceiras desenvolvidas com a indústria, quais os frutos que estamos já a colher?

Portugal atraiu recentemente alguns investimentos muito significativos em domínios tecnológicos de fronteira, designadamente no domínio da energia, da saúde e das tecnologias da informação e comunicação. Uma característica comum a esses projectos é o envolvimento das redes criadas com as parcerias internacionais, que nos posicionam num novo patamar competitivo para a atracção de investimentos em áreas de elevada sofisticação tecnológica.

Pode-se estabelecer uma relação entre o Plano Tecnológico e o QREN?

A relação é muito forte. O QREN reflecte naturalmente as prioridades do Plano Tecnológico. A Comissão Europeia avalia que 82 por cento do QREN se relaciona

na directamente com prioridades da Agenda de Lisboa. A larga maioria diz respeito a prioridades específicas do Plano Tecnológico.

Do ponto de vista da sua atuação, o Plano Tecnológico é transversal a toda a governação. No que respeita à organização, tem um coordenador que depende directamente do primeiro-ministro e um conselho consultivo. Como é que os nossos parceiros europeus acolheram este formato e como é que se relacionam consigo?

O meu relacionamento no contexto da Rede de Coordenadores da Estratégia de Lisboa com a Comissão Europeia e com os meus colegas coordenadores dos outros 26 países europeus tem sido excelente. O modelo de governação adoptado em Portugal para dinamizar e monitorar a concretização do Programa Nacional de Reformas, em que o Plano Tecnológico se insere, tem sido considerado nas avaliações regulares como muito adequado. Tenho aliás tido oportunidade de transmitir a nossa experiência a alguns dos novos Países da União Europeia que consideram a nossa prática uma boa referência para a sua própria organização.

Qual a relação que se pode estabelecer entre o Plano Tecnológico e a Estratégia de Lisboa?

O Plano Tecnológico aplica em Portugal um dos eixos fundamentais da Estratégia de Lisboa visando o crescimento económico e a competitividade, num contexto de sustentabilidade social e ambiental. A abordagem do Plano Tecnológico tem sido reconhecido

da como muito positiva nos relatórios de avaliação da Comissão Europeia e foi muito inspiradora para o desenho do novo ciclo da Agenda de Lisboa (2008/2011) lançado decisivamente na nossa Presidência e que será consolidado no próximo Conselho Europeu da Primavera.

De alguma forma poderemos dizer que o novo ciclo da Agenda de Lisboa será uma espécie de Plano Tecnológico europeu, com dimensão interna e externa. Se assim for, e espero que seja, desta vez não só inspirámos a Estratégia Europeia como em 2000, mas partimos mesmo com algum avanço, bem necessário para minorar os nossos atrasos estruturais, em particular no domínio das qualificações.

O horizonte do Plano Tecnológico é o da presente legislatura. Não considera que ambição de colocar Portugal na linha da frente do desenvolvimento tecnológico é demasiado importante para ficar tolhida por esta limitação temporal?

Tenho a convicção inequívoca de que o Plano Tecnológico é uma agenda política forte, mas não é nem deve ser uma agenda de cariz partidário. É uma agenda de convergência de vontades e competências. Estou por isso profundamente convencido que a agenda do Plano Tecnológico veio para ficar e não será travada pelos normal desenrolar dos ciclos políticos, embora deseje que uma governação PS de ciclo longo, possa ter a oportunidade de consolidar a ambição de mudança e progresso que o Plano Tecnológico representa para a sociedade



Balanço positivo do primeiro ano de actividade do programa MIT/Portugal



O acordo entre o Governo e o MIT está a transformar o ensino superior e a estimular as suas capacidades para atrair alunos oriundos de vários países estrangeiros.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

EM OUTUBRO de 2006, o Governo português assinou com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), de Boston, um protocolo de cooperação para um período de cinco anos, iniciativa que envolve sete universidades portuguesas, no valor de 65 milhões de euros

Cerca de 12 meses passados sobre o início da cooperação, o balanço para o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, “é francamente positivo”, lembrando que o ensino superior em Portugal conheceu desde então “um progresso extraordinário”, nomeadamente, “pela criação de sete novos programas de pós-graduação”.

Também o coordenador nacional do Programa MIT/Portugal, Paulo Ferrão, recomenda um “maior envolvimento do mundo empresarial”, de modo a que se dê “uma maior sustentação e continuidade ao trabalho desenvolvido nas universidades”.

A mesma perspectiva tem o coordenador internacional do programa e professor do MIT, Daniel Ross, defendendo que o gabinete criado em Portugal para fazer a ligação das universidades às empresas, “terá de crescer a breve prazo”, recordando que nos Estados Unidos “existem 50 profissionais totalmente dedicados e a tempo inteiro no Industrial Liaison Office”.

A avaliação é positiva

Corroborando o optimismo do ministro Mariano Gago, o chanceler do MIT, Phil Clay, de visita a Portugal, disse que o balanço destes 12 meses da parceria entre aquele organismo e o Governo português se situa num plano “altamente positivo”, não deixando de sublinhar que os objectivos iniciais se apresentavam “muito ambiciosos”, mas que nem por isso, disse, “deixaram de ser concretizados”.

Reconhecendo que há ainda “um longo caminho a percorrer”, Phil Clay sublinhou que o “MIT não se arrepende em nada de ter assinado este protocolo com o Governo português”, adiantando que para 2008 “todos queremos ver mais progressos”, sobretudo, como disse, com a adesão de mais empresas ao projecto.

Portugal no caminho do progresso

4 PERGUNTAS A MARIANO GAGO

A CIÊNCIA e a Tecnologia são áreas fundamentais para a criação de economias sustentadas e de sociedades do conhecimento. O desenvolvimento de melhores condições para a expansão do investimento privado nestas áreas reveste-se de uma importância estratégica.

Ao “Acção Socialista”, Mariano Gago refere, a este propósito, que a excelência da cooperação entre o mundo empresarial e as universidades representa a imagem de marca do MIT, razão por que, em sua opinião, “esta é das áreas em que mais temos vindo a apostar”.

Que balanço faz do acordo que o Governo português estabeleceu com o MIT?

O Programa celebrado entre o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Portugal cumpriu, durante o seu primeiro ano de actividade, todas as expectativas que nele estavam depositadas: sete escolas de seis universidades acertaram sinergias e concretizaram em associação, de forma inédita em Portugal, o lançamento de sete novos programas de pós-graduação de nível internacional, com a estreita colaboração do MIT. Em particular, criaram-se quatro programas doutorais nas seguintes áreas: Sistemas Sustentáveis de Energia; Líderes para as Indústrias Tecnológicas; Sistemas de Bioengenharia, Sistemas de Transportes - três programas de “mestrados profissionais” destinados à valorização de quadros de empresas, nomeadamente nas seguintes áreas: Sustainable Energy Systems, Complex Transportation Infrastructure Systems e Technology Management Enterprise.

Estes programas de formação avançada vieram estimular a capacidade das instituições portuguesas para atrair alunos de vários países, sendo que num curto espaço de tempo, vários alunos de diferentes países como Brasil, Espanha, Finlândia, Grécia, ou Itália concorreram ao Programa. Candidataram-se quase 300 alunos, apesar de só apenas em Junho e Julho terem sido publicitados os Programas.

O trabalho ao longo do 1º ano envolveu cerca de 50 professores do MIT (incluindo um Prémio Nobel) e de 180 professores e investigadores portugueses, tendo resultado a selecção de 130 novos alunos para doutoramentos e mestrados, cuja qualidade foi considerada pelo MIT, em geral, como excelente, e no lançamento de novos projectos de investigação, aos quais as mais importantes empresas portuguesas aderiram, em particular nas áreas da indústria automóvel e da energia.

Merece ainda destaque a afiliação da Agência Ciência Viva, a qual assegura a interacção do Programa com as camadas mais jovens da

população, tendo este processo dinamizado já a visita de professores do MIT a mais de 1200 alunos dos liceus Portugueses.

Existe um défice de adesão do sector empresarial a este projecto. Sendo a ligação empresas/universidades a principal área de excelência do programa, não teme pelo integral sucesso do acordo?

A excelência da cooperação entre o mundo empresarial e as universidades é, de facto, uma imagem de marca do MIT, a qual o Programa MIT-Portugal pretende dinamizar nas instituições nacionais.

O Programa MIT-Portugal tinha como principal objectivo para o primeiro ano de actividade criar, consolidar e pôr em funcionamento os novos Programas de Pós-Graduação num cooperação inédita entre as diferentes Universidades Portuguesas e o MIT. Este esforço é a base para a promoção das actividades de investigação em parceria com o mundo empresarial, as quais dependem do trabalho cooperativo dos investigadores com as empresas durante a realização do seu doutoramento. Foi neste contexto que se definiu, desde a primeira hora, o Programa de Afiliados Industriais, através do qual muitas empresas assinaram uma parceria com o Programa MIT-Portugal, na qual se têm empenhado em contribuir para a definição de temas de investigação relevantes, no envolvimento dos seus quadros nos Programas de Mestrados Profissionais e no recrutamento dos futuros doutores.

Ao ter, num curto espaço de tempo, promovido um forte programa de Afiliados Industriais, particularmente nas áreas do Automóvel e da Energia, pode-se dizer que esta foi uma área em que o Programa MIT-Portugal excedeu as expectativas para o seu desempenho durante o primeiro ano, mas este será também um esforço que se manterá e desenvolverá nos anos seguintes.

Mas merece especial destaque o investimento recentemente concretizado em Portugal pela AGNI-INC, Advanced Energy Technology, uma empresa de desenvolvimento de pilhas de combustível e tecnologias de processamento de hidrogénio, que decidiu instalar em Portugal uma fábrica e um centro de investigação, o qual promoverá a criação de emprego científico através da contratação de cerca de 40 Doutores e mestres, número ao qual acresce a contratação de mais 30 doutores e mestres para a unidade fabril. Como foi salientado pelo seu CEO, o Dr. Sri Lingham, uma das principais razões para a sua localização em Portugal foi a ligação ao Programa MIT-Portugal, que chamou a atenção da AGNI para o investimento que Portugal está a fazer em Ciência e Tecnologia.

É neste âmbito que o Programa MIT-Portugal está apostado em contribuir para fazer do país um lugar de referência internacional para

o estudo e a investigação, com vista a reforçar a prioridade nas pessoas, no conhecimento e nas ideias, de uma forma que seja estruturante para reforçar a capacidade nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e económico.

Enquanto nos EUA existem 50 pessoas a trabalhar no gabinete de ligação das universidades às empresas, em Portugal só há quatro funcionários. Trata-se de um fenómeno que poderá e deverá ser ultrapassado, ou, em sua opinião, quatro ou cinco pessoas serão suficientes para as dimensões do nosso país?

O MIT-ILP (Industrial Liaison Program) é uma organização que se tem desenvolvido durante as últimas décadas e que serve, de forma profissional, de elemento de ligação entre o mundo empresarial e o MIT. É um projecto muito amadurecido e inédito no contexto norte-americano e que representa uma parceiro fundamental do Programa MIT-Portugal, com o qual queremos trabalhar em parceria próxima e aprender a melhorar as nossas estruturas nacionais de promoção das relações ciência-indústria. Neste contexto, a FCT e o Programa MIT-Portugal reforçarão a colaboração com o MIT-ILP atraindo para Portugal recursos humanos qualificados em transferência de tecnologia, os quais deverão apoiar a cooperação entre as Universidades e as empresas Portuguesas, em parceria com os recursos do MIT-ILP. É uma área em que temos um grande défice em Portugal e na qual urge desenvolver um corpo de conhecimento profissional, a par com o investimento em ciência e tecnologia. Esperamos que o Programa MIT-Portugal tenha também neste aspecto um impacto considerável em Portugal.

É ainda importante salientar que através do Programa MIT-Portugal, qualquer empresa afiliada Portuguesa se torna imediatamente membro do MIT-ILP, o que se constitui como um passo importante para desenvolver no mundo empresarial a percepção da relevância destas instituições.

O orçamento para o programa MIT/Portugal ronda os 65 milhões de euros. Em sua opinião são suficientes ou a ambição é aumentar estes números dentro de pouco tempo?

O Programa MIT-Portugal, assim como todas as outras parcerias desenvolvidas pelo Governo no ensino superior, ciência e tecnologia, estão a ser continuamente monitorizadas e acompanhadas por comissões externas de avaliação, as quais têm reportado um sucesso considerável nas fases de lançamento. No âmbito dos contratos assinados, a evolução das parcerias deverá ser decidida unicamente com base nas sucessivas avaliações, naturalmente em estreita articulação com avaliação pela própria FCT e as empresas afiliadas ao Programa.

Governo impulsionou criação de 106 mil empregos desde 2005

O CRESCIMENTO do desemprego está contido, considerou o primeiro-ministro, salientando que desde o primeiro trimestre de 2005 foram criados 106 mil postos de trabalho em Portugal, um valor próximo da meta de 150 mil até final da legislatura, em 2009, conforme compromisso assumido pelo PS.

Falando em São Bento aos jornalistas, após o encontro com o Presidente de Timor-Leste, Ramos Horta, José Sócrates disse que, segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego “estabilizou em 7,9 por cento” no terceiro trimestre deste ano, em Portugal. “Isso quer dizer que o crescimento do desemprego está agora contido, já se verifica uma ausência de crescimento do segundo para o terceiro trimestre deste ano, o que raramente se verificou no passado”, disse.

No entanto, o chefe do Governo fez questão de sublinhar que “o



desemprego continua a ser talvez o problema mais sério em Portugal”.

Mas, continuou, “os dados do INE também destacam que a economia portuguesa está a criar cada vez mais emprego, porque pela primeira vez há 5,2 milhões de empregados em Portugal”.

Segundo Sócrates, caso se compare o número de empregados no primeiro trimestre de 2005, altura em que o Governo entrou em funções, com o número de empregados no terceiro trimestre deste ano, verifica-se que foram criados mais 106 postos de trabalho.

Apesar de não ser ainda “o emprego suficiente” para absorver a população activa que todos os anos entra no mercado de trabalho, o primeiro-ministro referiu que os dados do INE provam que “a economia portuguesa já está a criar empregos de forma muito significativa, o que permite ter a esperança de que o desemprego acabe por baixar nos próximos trimestres”.

Sócrates reafirma aposta clara do Governo nas energias renováveis

A INAUGURAÇÃO em Viana do Castelo da primeira fábrica de pás de rotor de um “cluster” eólico representa “um momento de viragem” para o país, que vai passar a dispor de capacidade industrial para produzir aerogeradores, afirmou o primeiro-ministro, que sublinhou a “aposta clara” do Governo nas energias renováveis.

“A partir de hoje, Portugal tem capacidade para produzir aerogeradores, tem um ‘cluster’ industrial na área da energia eólica e isso faz toda a diferença. Produzimos aqui o que antes importávamos do estrangeiro”, disse José Sócrates.

Segundo referiu o primeiro-ministro, este “cluster” está a nascer em Viana do Castelo graças à prioridade dada às energias renováveis pelo Governo, nomeadamente na que é produzida a partir do vento e da água. “Esta aposta vai na direcção certa e antecipa as grandes viragens na economia”, disse. “Portugal tem hoje uma imagem determinante ligada às energias renováveis”, frisou Sócrates, sublinhando que o país pretende “chegar a 2010 com 45 por cento de energia consumida assegurada por fontes alternativas”.

O primeiro-ministro falava na inauguração em Viana do Castelo de uma fábrica de pás de rotor, num investimento de 40 milhões de euros, que deverá empregar a curto prazo 510 pessoas.

Nesta deslocação, o primeiro-ministro procedeu também ao lançamento da primeira pedra de uma fábrica de torres de betão, outra de mecatronica e uma terceira de aerogeradores, que deverão estar concluídas até ao final de 2008.

Estes investimentos são assegurados pelo consórcio Eólicas de Portugal, constituído pela EDP, Finerge, Generge, TP-Térmica Portuguesa e pela Enercon, que foi o vencedor



do concurso para a instalação de 1200 megawatts de potência eólica.

Este “cluster”, frisou Sócrates, “coloca Portugal na liderança do que é inovação tecnológica em termos de energia eólica”.

O consórcio Eólicas de Portugal propõe-se investir 1750 milhões de euros até 2011 e criar 1800 postos de trabalho directos em regiões desfavorecidas do país, com a cons-

trução de sete fábricas de raiz, que abrirão até Agosto de 2008, e a instalação de 48 parques eólicos.

Além das cinco fábricas de Viana do Castelo, as outras duas unidades estão projectadas para Sever do Vouga (secções metálicas para torres de betão) e Braga (armaduras de ferro).

No total, o consórcio vai construir cinco

fábricas em Viana do Castelo, que criarão cerca de 1200 postos de trabalho directos.

Inicialmente voltada para o mercado nacional, a produção destas fábricas vai a partir de 2010 centrar-se nas exportações, cerca de 60 por cento, o que, segundo as estimativas do consórcio, deverá representar uma mais-valia superior a 200 milhões de euros na balança comercial portuguesa

“2007 está a ser crucial da agricultura”

A União Europeia aprovou o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) para Portugal com um financiamento de 3,7 mil milhões de euros.

No âmbito da Reforma da PAC (Política Agrícola Comum), Bruxelas aposta agora na redução das subvenções das grandes explorações agrícolas e quer acabar com a obrigação de deixar as terras em poiseio.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o ministro da Agricultura, Jaime Silva chama a atenção para o facto da União Europeia (UE) pretender agora estabelecer uma perspectiva de longo prazo para o desenvolvimento de uma agricultura repartida por todo o território europeu, sustentável do ponto de vista económico, socialmente amiga do ambiente e orientada para o mercado.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Qual é o peso que o sector agrícola representa na economia portuguesa?

O sector agrícola representa hoje sensivelmente 2,5 a 3 por cento do valor acrescentado bruto, a que se deve acrescentar 3 por cento das florestas. Em termos de população activa, outro dado que deve ser tido em conta quando se analisa esta questão, ronda os 8,5 por cento. Recordo que em 1986, quando Portugal aderiu à União Europeia, a população activa nacional que trabalhava no sector agrícola rondava os 21 por cento.

Percentagem que na sua opinião terá ainda que baixar?

Naturalmente que sim. Se queremos ter uma agricultura competitiva e produzir a mesma riqueza que hoje já conseguimos produzir, teremos que baixar a percentagem da população activa no sector.

Quais são os sectores agrícolas onde Portugal apresenta níveis interessantes de competitividade?

Desde logo as florestas. Portugal exporta em produtos florestais mais de 2 mil milhões de euros, com valor acrescentado, porque, para além da pasta de papel, exportamos também cortiça, transformados de pinho ou aglomerados, números que dão à floresta uma importância determinante e acrescida no contexto da economia nacional.

A vinha é outro dos sectores importantes da nossa economia agrícola, assumindo um papel de grande relevância na exportação assim como o sector das hortofrutícolas e das carnes e do leite.

A vinha tem vindo a sofrer profundas transformações, quer por imposição das políticas europeias, quer por vontade dos próprios agricultores. Que novidades trouxe a Presidência portuguesa para o sector?

A Presidência Portuguesa está ainda a trabalhar intensamente para obter os necessários consensos na Reforma da Organização Comum do Mercado do Vinho, de forma

a garantir a competitividade e sustentabilidade do sector, dando ao mercado aquilo que o mercado exige, não deixando de lado aspectos tão sensíveis como a defesa da tradição europeia de produzir com qualidade. Temos contudo de assumir, em paralelo, a importância sócio-cultural e ambiental que o vinho representa para as diversas regiões produtoras da União.

O que é e o que representa o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural?

Trata-se de um plano muito ambicioso e que nos permite implementar a política agrícola que o Governo tem definida para o país.

O quadro anterior, ainda que tenha sido concebido no Governo de António Guterres, foi desenhado numa altura em que ainda não havia a Reforma da PAC de 2002.

É por isso um quadro estratégico pensado para uma política agrícola que não é aquela que hoje se regista.

Quando este Governo assumiu responsabilidades estávamos nos dois últimos anos do programa anterior. Por isso não foi considerado prioritário renegociar com Bruxelas, algumas alterações pontuais, porque essas alterações já não iriam ter incidência na prática.

O Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) que acaba de ser aprovado pela Comissão Europeia, vai proporcionar a Portugal empreender uma nova política agrícola para os próximos sete anos.

As nossas atenções voltar-se-ão, a partir de agora, para os sectores estratégicos, onde a aposta, o investimento de forma sustentada, permitirá um aumento da competitividade. Estes sectores, quase de certeza, serão áreas de mercado onde não teremos problemas nenhuns em abrir as fronteiras ou em estar em concorrência com outros Estados membros.

De que sectores fala?

Estou a falar da fileira da floresta, a hortofloricultura, o vinho e o olival.

São mercados onde temos todas as condições para não sermos importadores líquidos. Pelo contrário, temos potencialidades para sermos expor-



al para a modernização a portuguesa”

produtores competitivos oferecendo produtos de grande qualidade, como é o caso, por exemplo, dos produtos hortícolas e frutícolas ou ainda o sector do vinho.

As nossas empresas agrícolas estão dimensionadas e preparadas para responder a este desafio?

Portugal exporta há alguns anos produtos hortofrutícolas para inúmeros países da União Europeia, incorporando importantes mais valias. Falta agora encarar esta oportunidade numa economia de escala de um modo mais profissional. Trata-se de um aspecto ao qual Portugal nunca deu uma especial importância e que agora está obrigado a enfrentar.

Os nossos produtos agrícolas têm tido grande dificuldade de escoamento na exportação e mesmo ao nível do mercado interno. A oferta não tem sido nem em quantidade suficiente nem tão concentrada como seria desejável.

“Portugal tem de saber valorizar os seus produtos agrícolas tradicionais dando-lhes qualidade, diferenciação e escala”

“O ano de 2007 é para a Agricultura portuguesa um ano crucial”

“A Agricultura pode ter um papel na criação de riqueza nacional, no emprego e na coesão territorial”

“Queremos manter a ocupação dos espaços rurais compensando os agricultores pelas boas práticas agrícolas”

Este PDR, já aprovado, vem dizer claramente que quando canalizarmos incentivos para uma determinada fileira não estamos a ajudar apenas no sentido da produção primária mas também na perspectiva da junção da produção das várias organizações de produtores. Ao incentivar-mos deste modo ficaremos com um horizonte mais amplo para podermos negociar preços com as grandes cadeias de distribuição, nacionais e internacionais.

Ou seja, havendo uma maior concentração da oferta, é mais fácil negociar com as grandes superfícies do que seria se essas negociações fossem feitas individualmente entre cada produtor agrícola e a estrutura de distribuição.

Para que este modelo possa ir em frente, o Governo vai deixar de dar ajudas directas ao agricultor, como já aconteceu, por exemplo, em relação aos produtores de frutos secos, passando essas ajudas a serem dadas

em exclusivo aos agrupamentos de agricultores.

Os resultados desta política vão certamente aparecer, como aliás já acontece com os frutos secos.

E os resultados já são visíveis. Depois da decisão aplicada neste sector (frutos secos) Portugal, ao contrário do que acontecia, começou a exportar para os Estados Unidos e para alguns países europeus quantidades apreciáveis de frutos secos, introduzindo aqui também valor acrescentado.

Os frutos secos portugueses dispõem hoje de uma quota de mercado muito importante o que prova que o caminho que seguimos para esta área terá também que ser aplicada nas restantes.

O sector vinícola tem vindo a sofrer profundas alterações na UE. O vinho português tem capacidade para competir além fronteiras em qualidade e em preço?

Temos dos melhores vinhos do

de grande qualidade.

Hoje, o vinho português está no mercado ao lado dos melhores do mundo. Este é o melhor exemplo do esforço que o país e os produtores efectuaram. Em década e meia mudou-se o que estava mal e efectuaram-se apostas nas soluções modernas e competitivas que o sector reclamava.

A agricultura portuguesa, perante todas as ajudas financeiras já anunciadas, pode finalmente respirar fundo ou ainda são de esperar tempos difíceis?

O sector vai dispor, e graças à iniciativa negocial do Primeiro ministro, José Sócrates, até 2013, ou seja nos próximos 7 (sete) anos, ao nível das ajudas financeiras de um conjunto de fundos substanciais para investimento na agricultura. Estamos a falar de cerca de 3,5 mil milhões de euros, acrescidos dos fundos provenientes dos privados e do Orçamento de Estado. Ao todo serão cerca de 7 mil milhões de euros que estarão disponíveis para a agricultura portuguesa.

O actual Governo desde sempre afirmou que a agricultura nacional pode e deve ser um sector competitivo. Portugal dispõe de Vinhos, Azeites, Frutas e Legumes, entre outros produtos, que são dos melhores que se produzem na Europa. Já oferecem uma excelente relação qualidade/preço.

Há contudo um longo caminho a percorrer sobretudo ao nível de uma efectiva e permanente competitividade internacional algo, como já tinha referido, o país foi descorando e que agora se apresenta como um factor determinante para podermos afirmar os nossos produtos agrícolas juntos dos grandes mercados.

Mas a situação já está a começar a mudar. Dou mais um exemplo onde as alterações estratégicas orientadas para o mercado e sugeridas pelo Governo deram resultado. Os vinhos verdes sistematicamente debatiam-se com o problema do excesso de produção, o que obrigava a encaminhar esse excesso para a destilação. Hoje em dia a situação é diferente. As produções estão mais de acordo com as necessidades do mercado e como resultado há menos excesso e a quota de exportação aumentou. Só este ano, 2007, as vendas no estrangeiro subiram 10 por cento.

São estes casos que o Governo vai continuar a apoiar e aumentar as ajudas para que haja uma cada vez maior penetração dos nossos vinhos, ou de outros produtos agrícolas nos mercados internacionais, nomeada-

mente em países tradicionalmente tão difíceis como os Estados Unidos da América, para onde Portugal já exporta vinhos da gama alta ou muito alta. Mas não queremos ficar por aqui. A nossa atenção também está voltada para os mercados do Extremo Oriente, nomeadamente para a China, não esquecendo a Austrália, o Continente Sul Americano e a Europa, onde os nossos vinhos, frutas, azeite ou legumes dispõem hoje uma quota interessante e com perspectivas de rápida subida.

O ano de 2007 está a ser determinante para a modernização da agricultura portuguesa?

De facto, está a ser um ano crucial para o sector, sendo que o início de um novo Quadro Comunitário de Apoio surge como o momento certo e oportuno para se realizarem as mudanças de paradigma nas políticas do sector.

O instrumento que nos vai possibilitar dar corpo a um conjunto de iniciativas é o Programa de Desenvolvimento Rural.

Não penso que o progresso e a modernização da agricultura portuguesa passem em exclusivo pelo factor dinheiro. A este propósito lembro as sucessivas reformas de fundo da PAC que apontavam sempre para o mercado como orientador da produção, ignorando se a liberalização progressiva a que vínhamos a assistir do comércio mundial e os desafios adicionais inerentes ao acréscimo da concorrência.

A opção foi privilegiar, na maior parte das vezes, os mecanismos mais fáceis e seguramente mais populares de manutenção dos rendimentos agrícolas via subsídios públicos, e só assim se explica que apesar do crescimento do investimento anual de 4 por cento no último QCA, o resultado global traduziu-se na manutenção do produto agrícola, na baixa produtividade, no produto agrícola estagnado, problemas de desertificação, áreas destinadas ao regadio insuficientes e as que existem estavam a ser utilizadas apenas a 50 por cento.

Não foi nem é apenas por falta de apoios financeiros que a agricultura portuguesa apresenta hoje algumas fragilidades de fundo.

Constituindo um sector muito importante para a nossa estrutura produtiva, emprego e coesão territorial, a agricultura irá ser beneficiária de um investimento global nos próximos sete anos de cerca de sete mil milhões de euros, não sendo assim descer os apoios face ao quadro anterior, mas obrigando todavia agora a que se concentrem as opções na competitividade, no desenvolvimento sustentado na melhoria da qualidade de vida e na diversificação da economia rural.

OPINIÃO

LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

No que toca ao IMI, sobre os prédios rústicos, 50 por cento passou a constituir receita fiscal própria das Freguesias

A ESTRUTURA DA RECEITA AUTÁRQUICA NO OE 2008

AS AUTARQUIAS locais têm três tipos de fontes de receita: as transferências do Orçamento do Estado, as receitas fiscais, e outras receitas suas. Vejamos cada uma e o resultado do seu conjunto.

Desde logo a transferência financeira, que é feita do Orçamento do Estado, e que tem duas origens.

O seu mais grosso valor é proveniente da determinação da lei das finanças locais (actualmente, a lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e, além dessa parcela, sempre, mais qualquer coisa de outras transferências, menores e pontuais, provenientes, por exemplo, de despesas com transportes escolares ou contratos-programa e acordos de colaboração com a Administração Central, ou efectuadas para as associações de municípios.

A transferência, determinada pela lei das finanças locais, inclui: 1) uma participação nos impostos do Estado (PIE), 2) o Fundo Social Municipal, e, 3) a participação no IRS.

A PIE vale 27,8 por cento da cobrança nacional de IRS, IRC e IVA, sendo 25,3 por cento destinados aos municípios, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), e 2,5 por cento para o Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF).

O Fundo Social Municipal (FSM) corresponde ao valor das despesas com as atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios.

Em 2008 incluirá as competências em matéria de educação actualmente já exercidas pelos municípios e não mais porque ainda decorre, como se sabe, um processo negocial com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Mas, a todo o momento, poderão ser incluídas mais verbas, a serem transferidas, correspondentes à descentralização de novas competências, nas áreas da acção social, saúde e educação.

A participação no IRS é variável, até 5 por cento, sobre a colecta do imposto a pagar pelos residentes no respectivo Concelho.

Em 2008 ela está fixada em 5 por cento, para todos os municípios, porque a decisão que, pela primeira vez, deverá ser tomada pelos órgãos municipais, este ano (até 31 de Dezembro de 2007), só se aplicará aos rendimentos tributáveis de 2008, cujo apuramento e liquidação só se pode fazer em 2009.

A partir de então, a parte dos 5 por cento que os órgãos municipais, eventualmente, não definam para sua receita, reverterá a favor dos respectivos habitantes, como dedução à colecta do seu IRS.

No segundo tipo de receitas autárquicas estão as de natureza fiscal.

Aqui se incluem os impostos locais (por contraposição aos impostos do Estado, acima referidos) que incidem sobre a propriedade dos prédios rústicos e urbanos (IMI), sobre as transacções de imóveis (IMT), sobre a circulação de veículos (IMV e IUC).

Os municípios são os beneficiários da totalidade da receita destes impostos e podem, mais ainda, intervir no IRC, através da faculdade de lançarem uma Derrama sobre os lucros das empresas, que sejam provenientes dos rendimentos gerados nos respectivos Concelhos (e não segundo a localização das sedes delas como muitas vezes, erradamente, se pensa).

Mas, atenção a outra novidade. No que toca ao IMI, sobre os prédios rústicos, 50 por cento passou a constituir receita fiscal própria das Freguesias.

O terceiro tipo de receitas autárquicas decorrem da cobrança de taxas, tarifas e preços, da aplicação de coimas, do rendimento dos seus bens, incluindo pela sua alienação, os lucros obtidos pela participação em entidades empresariais, o recurso ao crédito bancário, e outras possibilidades legalmente admissíveis.

Ora, uma classificação a fazer, politicamente muito importante, leva-nos a distinguir o primeiro tipo de receitas - as transferências - dos segundo e terceiro tipos - as receitas próprias.

Quanto maiores forem estas últimas, maior é a autonomia financeira e política das autarquias.

Como se pode ver do quadro, dos 7,3 mil milhões de euros que constituem a receita global das autarquias locais portuguesas, as receitas próprias valem 61,2 por cento do total e, correlativamente, as transferências do Orçamento do Estado apenas 38,8 por cento.

Esta é uma das razões porque faz cada vez menos sentido discutir as finanças locais em função apenas do que é a transferência do Orçamento do Estado!

RECEITA DO PODER LOCAL (MILHÕES DE EUROS)

Classificação	Valor €	% da receita total
Receita total em 2008	7.309,5	100 %
receita fiscal	2.545,0	34,8%
outras receitas	1.927,5	26,4%
Total de Receitas Próprias	4.472,5	61,2%
transferência lei finanças locais	2.604,8	35,6%
outras transferências	0.232,2	03,2%
Total de Transferências do O.E.	2.837,0	38,8%

PS tem obra na Lousã

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA

A "OBRA" que o PS tem realizado na Lousã e o "trabalho consistente" desenvolvido pela Comissão Política Concelhia do PS foram realçados por Miranda Calha, na intervenção que efectuou na sessão de abertura da Convenção Autárquica Concelhia da Lousã.

O secretário nacional do PS para as Autarquias exortou, igualmente, os presentes a continuarem a contribuir para o desenvolvimento do concelho e da região e salientou as virtualidades da Lei das Finanças Locais e da nova Geração de políticas autárquicas, que tem como prioridades o ensino, a saúde e a acção social.

Tendo reunido mais de 80 participantes, entre autarcas, militantes e independentes, este encontro contou com a participação do deputado Horácio Antunes e do presidente da Federação de Coimbra, Vítor Batista, que reconheceu o "bom trabalho" que tem sido desenvolvido na Lousã e explicou



o sentido e objectivos das medidas e reformas que o Governo tem implementado.

Fernando Carvalho, presidente da Câmara, fez um balanço sobre a actividade autárquica que tem vindo a ser realizada e perspectivou o desenvolvimento futuro do projecto do PS de desenvolvimento sustentável para o concelho da Lousã.

Por sua vez, o prof. António Rochette abordou as novas orien-

tações relativas ao planeamento e ordenamento do território, no que se refere às novas ferramentas e perspectivas ao dispor dos autarcas.

Luís Antunes, presidente da Concelhia, afirmou que a iniciativa constitui um "momento marcante", quer pelo número de participantes, quer pelas intervenções efectuadas, quer pelo debate vivo e estimulante. "Estamos satisfeitos e motivados para continuar o trabalho", frisou.

Miguel Ginestal acusa Fernando Ruas de esquecer Viseu

O VEREADOR e deputado socialista na Assembleia da República, Miguel Ginestal, acusa Fernando Ruas de se ocupar "cada vez mais com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e menos com a Câmara Municipal de Viseu (CMV)" de que é presidente.

Segundo o responsável socialista, o autarca e dirigente do PSD "já nem sabe o que se passa no seu município" porque hoje em dia "está mais interessado no que se passa na ANMP do que no seu próprio concelho".

A crítica de Miguel Ginestal surge a propósito da rejeição, por parte da maioria camarária de direita liderada por Fernando Ruas, de um conjunto de 18 propostas, que totalizavam 101 medidas, apresentadas pelo PS de Viseu, que foram de forma "sucessiva e



sistematicamente chumbadas".

Para demonstrar a desorientação em que anda Fernando Ruas, o deputado e vereador do PS, Miguel Ginestal lembra o recente comentário que Ruas fez à agência de notícias Lusa sobre a proposta de regimento apresentada pelo PS para a Câmara Municipal, documento sobre o qual Ruas justificou a sua rejeição alegando

que os sociais-democratas tinha aprovado a sua própria proposta por unanimidade.

Ora, lembra Miguel Ginestal, a proposta apresentada pelo PSD "foi aprovada com cinco votos a favor do PSD e dois contra dos eleitos do PS, não tendo participado na discussão e votação deste assunto, quer uma vereador social-democrata quer Fernando Ruas", razão que leva o vereador socialista a afirmar "que o vereador socialista a afirmar "que o presidente Ruas já nem sabe o que se passa no seu município".

Para Ginestal, o presidente da edilidade "tem obrigação de conhecer as deliberações e de não faltar à verdade", acrescentando que os vereadores socialistas nunca votariam favoravelmente o que consideram ser um "regimento rolha", porque, acrescenta, "apenas serve para tentar silenciar". R.S.A.

Socialistas comemoram liderança da Câmara de Ferreira do Alentejo

A CONCELHIA do PS/Ferreira do Alentejo realizou um jantar comemorativo dos dois anos da nova equipa socialista à frente dos destinos da Câmara e de todas as juntas de freguesia do concelho.

O evento, que reuniu cerca de 150 apoiantes, que integraram as listas do PS no concelho, nas últimas eleições, ouviram o presidente da Concelhia do PS, Aníbal Reis Costa, fazer um resumo do trabalho desenvolvido pelas autarquias do Concelho, sempre com o objectivo de assegurar um futuro melhor para Ferreira do Alentejo.

Sob o lema "Servir as Pessoas Humildade, Rigor e Determinação", o jantar serviu ainda para apresentar os 12 novos militantes da Concelhia, entusiasticamente saudados por todos os presentes, e que muito contribuirão para o rejuvenescimento do partido naquele Concelho.



Liberalização do mercado postal – ameaças e oportunidades

FEDERAÇÃO DO PORTO

OS CTT estão “no caminho certo, com bons resultados e trabalhadores qualificados” o que lhes permitirá enfrentar com “sucesso” o desafio da liberalização e da plena concorrência no mercado postal, afirmou o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, no encerramento do Fórum “A liberalização do mercado postal: ameaças e oportunidades”, no Hotel Sheraton à Boavista, uma iniciativa inspirada pela Secção Temática das Comunicações Postais e promovida pela Secção de Acção Sectorial do PS-CTT do Porto com o patrocínio da Federação distrital.

Na sua intervenção, perante cerca de duas centenas de militantes e simpatizantes do PS, Mário Lino salientou que a terceira directiva postal, aprovada sob a égide da presidência portuguesa da UE, resultou da vontade dos Estados membros, sendo “totalmente neutra” no que respeita ao quadro das relações laborais vigentes em cada país.

Mário Lino disse ainda que o serviço postal universal (SPU) será “assegurado em todo o território nacional a preços acessíveis e com reconhecidos padrões de qualidade”, acreditando que a concorrência poderá contribuir para a elevação destes padrões.

Na sessão de encerramento, interveio também o presidente da Federação do Porto, Renato Sampaio, que manifestou a sua “enorme satisfação” pela oportunidade da realização do evento, destacou a “riqueza e profundidade” das intervenções dos participantes



nos painéis e regozijou-se com a “elevação do debate e clareza das respectivas conclusões”.

Organizado sob a forma de dois painéis, o primeiro, moderado pela deputada Leonor Coutinho, abordou o futuro enquadramento do mercado postal europeu, tendo contado com a participação dos camaradas Emanuel Jardim Fernandes, eurodeputado, Alberto Souto, vice-presidente do ICP-Anacom, e de Antónia Rato, dos CTT.

Após historiar o processo evolutivo que consagra a plena liberalização do mercado postal no espaço comunitário a partir de Janeiro de 2011, Emanuel Jardim Fernandes apontou como questões cruciais a manutenção de um serviço postal

universal com qualidade, assegurado e praticado cinco dias por semana em todos os pontos do território nacional a preços acessíveis à generalidade dos cidadãos.

O eurodeputado socialista referiu ainda que subjacente a este quadro evolutivo do SPU está também o compromisso de salvaguardar os postos de trabalho dos operadores tradicionais.

Alberto Souto, por seu turno, defendeu que a liberalização não pode pôr em causa a acessibilidade e universalidade do SPU, nem a diminuição dos padrões de qualidade. E considerou que a previsível entrada de novos operadores postais exigirá da Anacom uma maior atenção aos comportamentos do

mercado e um desafio no tocante à sua regulação, não sendo de excluir a utilização da rede postal pública por outros operadores postais que não o incumbente.

Por sua vez Antónia Rato questionou a redefinição do conceito de serviço universal, as condições de acesso ao mercado pelos novos concorrentes, frisando não haver contradição necessária entre a defesa do SPU e a liberalização do mercado postal europeu.

Populações confiam nos CTT

O segundo painel, moderado por Artur Penedos, passou em revista as ameaças e oportunidades decorrentes da liberalização postal

e contou com a participação dos camaradas Rui Solheiro, presidente da Câmara Municipal de Melgaço e da ANA/PS, de Manuel da Silva, secretário-geral da Sindetelco, e de José Rosário, da CT dos CTT.

Sublinhando que os CTT gozam de uma enorme confiança das populações traduzida em acrescida responsabilidade, Rui Solheiro centrou a sua intervenção na necessidade de se continuar a assegurar a todos os cidadãos sem excepções um SPU de qualidade garantida e a preços acessíveis, cinco dias por semana em todo o território nacional. Disse ainda que cabe aos socialistas o dever de pugnar e levar à prática uma política de solidariedade e de coesão social que combata as assimetrias regionais e locais e impeça a precariedade laboral, criando mais e melhor emprego.

José Rosário alertou para a ameaça de redução do emprego e da precariedade laboral como consequências mais funestas em resultado da liberalização postal, defendendo medidas de gestão que impeçam que tal se venha a verificar.

Manuel da Silva também elegeu como maior ameaça decorrente da liberalização a precariedade do emprego com a consequente inevitabilidade na degradação dos padrões de qualidade do SPU. Afirmando-se, porém, optimista quanto ao futuro, referiu que as mudanças também geram novas oportunidades e que os CTT, atenta a sua secular experiência e “know-how” acumulados, saberiam por certo estar à altura de continuar a prestar um SPU de qualidade a todo o país.

JS lança campanha sobre o futuro que já começou

“O FUTURO já começou” é o lema da campanha que a JS está a promover para mostrar as medidas positivas de políticas de juventude do Governo PS, e que é composta por um conjunto de “outdoors” distribuídos em diferentes zonas do país, com especial incidência nos grandes centros urbanos.

A campanha “O futuro já começou” vai de encontro ao mote da JS para as eleições legislativas de 2005 “O futuro é agora”, pretendendo deste modo demonstrar que após dois anos e meio de governação socialista já se implementou um conjunto de “medidas importantes” para os jovens.

“Desde 2005 mais de 54.300 estágios profissionais”, “Computadores com Internet para 500 mil estudantes e professores”, “Mais 25.400 lugares em creches até 2009”, “Mais 6820 novos estudantes em 2007 no ensino superior” e “99 por cento das escolas com inglês no 1º ciclo” são as mensagens da campanha.

No distrito de Castelo Branco, a campanha, apresentada no dia 16, consiste na colocação de um “outdoor”, sendo complementada com uma distribuição dirigida para os jovens, nomeadamente junto às escolas, de postais alusivos às cinco diferentes mensagens da campanha. J.C.C.B.

OPINIÃO

VENTURA LEITE
Deputado do PS

Em Portugal, só teremos uma sociedade multicultural quando as crianças nascidas no território, sejam elas filhas de pais originários da Europa, da África ou da Ásia, assumirem os valores e a história deste país, que agora é o seu, e lhe acrescentarem alguma da sua riqueza cultural original

O CENTRO É UM VAZIO IDEOLÓGICO?

UM DESTACADO socialista firmava, há dias, que o Centro é um vazio ideológico.

Vou pegar nesta frase, não para apreciar a posição de quem a formulou, porque ignoro o contexto e o que foi antecedido e acrescentado a essa frase.

Utilizo-a porque ela me parece corresponder à opinião de muitos políticos.

Para eles, o Centro é um espaço político relevante, mas um vazio ideológico. Isto é, um espaço indispensável para a conquista de votos decisivos para o exercício da governação, mas irrelevante do ponto de vista da ideologia.

Isto leva-me a questionar o que é a esquerda nos dias de hoje. Obviamente que a questão exige muito mais do que um breve artigo, mas sempre é possível recordar que a esquerda se proclama favor das forças de mudança social, cultural e económica, no sentido da melhoria das condições de vida para o conjunto da sociedade, e da justiça social, da igualdade de oportunidades e da solidariedade.

Mas uma tal afirmação não chega para distinguir, nos dias de hoje, uma esquerda moderna de uma direita moderna. É preciso ir mais além. Quando a esquerda não o faz, o cidadão tem dificuldade em perceber o que a distingue da direita.

O primeiro erro, e grave, do ponto de vista da evolução política da esquerda, é não perceber e valorizar o reforço constante de um actor cada vez mais determinante no processo de decisão política, e que se chama cidadão!

O cidadão já está, hoje, um passo à frente do militante partidário ou do proletário. Nenhum destes tem hoje mais influência do que o cidadão nas escolhas políticas.

Cada vez mais cidadãos se sensibilizam e se tornam exigentes relativamente às questões da ecologia, do combate à corrupção, da discriminação das mulheres, do trabalho infantil, da pobreza, das alterações climáticas, etc. E este movimento não é apenas o resultado da melhoria das condições materiais de vida, que liberta os cidadãos para outras preocupações, e do acesso à informação, mas é também o resultado de nesse Centro haver cada vez mais dinâmicas e que envolvem o que há de melhor na ciência, na literatura, no cinema, no desporto, ou na imprensa.

Considerar o espaço político dos não filiados em partidos como um Centro ideologicamente vazio, é, de facto, não perceber o que se está a passar, e não compreender o que está a acontecer e vai continuar a acontecer aos partidos se não se reformarem de alto a baixo.

A realidade mostra que as forças políticas à esquerda não vão além do ajuste à realidade, não se preocupando sequer em explicá-la, quando deveriam antecipar-se aos problemas e aos desafios, o que é patente em praticamente todos os domínios importantes para os cidadãos actuais e futuros.

Está-se a acordar em Portugal para o problema da grave baixa da

natalidade, quando o tema já é conhecido e denunciado há muito.

Continua-se uma política social que não começa pela família, porque isso é chasse gardé da direita e da igreja, mas que começa nas famílias quando elas já são problemáticas, o que se presta sobretudo às políticas tradicionais de subsídios.

Há anos que a perspectiva do aquecimento global e dos seus efeitos climáticos é exposta por cientistas sérios, sem grande impacto contudo sobre os governos de direita ou de esquerda.

Mas há quem considere que a esquerda se afirma na defesa da sociedade multicultural cosmopolita. Será?

É curioso, porque mesmo sem governos de esquerda as sociedades mais multiculturais actuais são os Estados Unidos e o Brasil, onde a integração cultural resulta do peso social, económico e cultural, das diversas comunidades e das lutas travadas contra as desigualdades. Nos Estados Unidos foi necessário derrotar primeiro a escravatura, e depois um apartheid ainda visível em alguns estados na década de 50-60.

Nestes grandes países, cidadãos das mais variadas origens sociais, culturais, religiosas, étnicas ou outras, partilham os designios dessas nações. As suas crianças, isto é, as futuras gerações desses países aprendem a sua história e os seus hinos nacionais.

A força da multiculturalidade só se afirma numa sociedade quando ela se estrutura em torno de um conjunto solidificante de valores centrais, a que acresce a variedade cultural das novas comunidades.

Em Portugal, só teremos uma sociedade multicultural quando as crianças nascidas no território, sejam elas filhas de pais originários da Europa, da África ou da Ásia, assumirem os valores e a história deste país, que agora é o seu, e lhe acrescentarem alguma da sua riqueza cultural original.

O que fazemos nas nossas escolas para construir este desígnio?

No país dos cravos, foi preciso vir um treinador de futebol do Brasil para que o hino nacional fosse cantado com orgulho. A esta curiosidade juntou-se recentemente a atitude da equipa nacional de rugby.

Não surpreende, por isso, que a aposta na Lusofonia continue a ser tímida, consequência da falta de convicção política.

De facto, quantos deputados tem o PS ou o PSD originários de outras culturas e territórios?

Em conclusão, a minha tese é a seguinte: o vazio ideológico que nos deve preocupar não é o que podemos encontrar no Centro, mas o que vai crescendo dentro das forças políticas que disputam o poder, e das quais os cidadãos esperam e desesperam por respostas e propostas consistentes e credíveis!

Se um partido de esquerda se "desliga" quando chega ao governo, e só na oposição é que acha que tem tempo e condições para pensar nestas coisas..... bem....

Saudações

Diálogo entre os eleitos e o partido

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DE LISBOA

NO PASSADO sábado, dia 24 de Novembro, decorreu no Auditório Fernando Pessa em Marvila, a Convenção Autárquica do PS Lisboa.

Fizeram a sessão de abertura o presidente da Junta de Freguesia de Marvila, Belarmino Silva e o presidente da Concelhia da Juventude Socialista, Diogo Leão.

O primeiro painel, intitulou-se "O futuro da cidade - a gestão e a reforma da cidade" e teve como convidados o vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Marcos Perestrello, bem como Vasco Franco, ex-vereador da CML e Joana Lemos, coordenadora da secção de acção sectorial do Turismo do PS.

Marcos Perestrello fez uma intervenção muito rica em políticas para a cidade, traduzindo um projecto muito ambicioso e deixando todos ainda mais orgulhosos da equipa que elegemos para a Câmara e mais descansados quanto ao futuro da cidade, sentindo que a mesma está em boas mãos. Ficou claro que a actual equipa está a trabalhar incansavelmente para pôr ordem à desordem actual da cidade.

Frisou a importância das políticas da cidade serem viradas para as pessoas, que designou como o "software" da cidade e não apenas para a construção de equipamentos, o "hardware" da cidade.

Vasco Franco partilhou connosco a sua experiência de vereador da Câmara Municipal de Lisboa e afirmou a necessidade da reforma administrativa da cidade de Lisboa.

Joana Lemos deu-nos um importante contributo em termos de políticas de Turismo aplicáveis à cidade.

Seguiram-se 15 intervenções por parte de autarcas presentes na plateia.

O segundo painel intitulou-se "Habitação e Reabilitação Urbana" e teve como convidados a vereadora Ana Sara Brito e o vereador Manuel Salgado.

Ana Sara Brito efectuou uma apaixonante exposição sobre políticas sociais de habitação, que nos deixou a todos muito mais esperançados no futuro da nossa cidade e mais motivados para trabalhar nos nossos bairros. Apresentou-nos uma política que visa a equidade social, que põe, como se impõe, a tónica nas pessoas.

Manuel Salgado fez uma intervenção muito esclarecedora sobre políticas urbanas. Afirmou que existe uma gestão estratégica para a



cidade de Lisboa e apresentou as linhas gerais da mesma. Ao apresentar a gestão estratégica existente, revelou que esta equipa tem um planeamento, tem um projecto, o que contrasta com os executivos dos últimos seis anos, que andaram ao "sabor do vento". Preocupa-se com a harmonização da cidade, para que voltemos a ver a cidade como um todo equilibrado e não como uma mera soma de bicos isolados.

Colocou ênfase na reabilitação urbana, demonstrando por isso preocupação com o verdadeiro coração da cidade, que são uma vez mais as pessoas, reafirmando a necessidade que existe de trazer mais pessoas para habitar na cidade.

Seguiram-se 21 intervenções da plateia.

Ambos os painéis foram presididos pela Carla Madeira, com a competência que lhe é reconhecida.

A sessão de encerramento, já com a presença de representantes dos partidos da oposição com assento na Assembleia Municipal, bem como da imprensa, esteve a cargo do presidente do PS/Lisboa, Miguel Coelho e do presidente da CML, António Costa.

António Costa frisou a importância de, mesmo após eleições vitoriosas, ser necessário este diálogo entre os eleitos e o partido e explicou que a gestão do município continuará a ser seguida tendo sempre como linhas mestras o rigor e as medidas principais anunciadas na campanha eleitoral: arrumar a casa e pôr a cidade a funcionar.

Relembrou o passivo e as enormes dívidas a fornecedores deixadas pelos executivos do PSD e informou das acções que já foram tomadas para minorizar e resolver esse problema. Por fim, recordou que a Assembleia Municipal é maioritariamente PSD e demonstrou a vital importância da aprovação pela AM, tanto do empréstimo bancário como das propostas de aumento do IMI, já aprovadas em reunião de Câmara.

Calha reuniu com Federação de Leiria

A FIM de reunir e preparar o trabalho da Federação de Leiria com vista às próximas eleições autárquicas de 2009, teve lugar uma reunião entre o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, e a federação distrital, os presidentes de concelhia, os deputados, os presidentes de câmara e os primeiros eleitos nas diversas autarquias do distrito.

Na reunião, que decorreu de forma franca e aberta, foi possível ouvir e dialogar sobre as matérias que vão estar em análise nos próximos dois anos de mandato autárquico.

Miranda Calha afirmou que esta é uma primeira reunião preparatória com vista a traçar alguns objectivos e formas de actuação, tendo exortado os presentes a fazerem um trabalho articulado entre as concelhias, a federação e a direcção nacional.

Da parte federação foi referido que a partir do próximo mês de Janeiro vão começar a ser preparadas as Convenções Autárquicas Concelhias

com vista a reunir pessoas e propostas políticas que permitam ao PS apresentar-se a eleições em 2009 nas melhores condições de vir a merecer a confiança do eleitorado.

Está ainda prevista a realização de uma Convenção Autárquica Distrital e a escolha dos principais candidatos às câmaras municipais até ao final do próximo ano. Os representantes das concelhias e demais camaradas presentes sensibilizaram Miranda Calha no sentido da necessidade de aproximar o trabalho da direcção nacional com as concelhias e com a federação de modo a podermos apresentar os melhores candidatos e as melhores propostas políticas.

Neste sentido, a Federação do PS de Leiria está já a construir uma Carta Compromisso sobre políticas sociais a apresentar por todos os candidatos do PS às próximas eleições autárquicas que decorre das conferências sobre políticas de família que de há uns meses a esta parte temos vindo a realizar.

Conclusão da CRIL é “momento histórico” para a área de Lisboa

ONZE anos depois de ter sido aberto ao trânsito o primeiro lanço da Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL), o primeiro-ministro afirmou que a conclusão da parte final daquela via “é um momento histórico” para a área metropolitana de Lisboa e criticou os sucessivos atrasos na conclusão da obra.



“A CRIL estava a converter-se num monumento à incúria, desleixo e indecisão”, disse José Sócrates, na cerimónia de assinatura do contrato de adjudicação do último troço da obra, uma extensão de 4,5 quilómetros que ligará o nó da Buraca ao da Pontinha e este à rotunda de Benfica.

O primeiro-ministro salientou “os prejuízos severos” que o compasso de espera de cerca de 40 anos provocou à população da área metropolitana de Lisboa, em termos da qualidade de vida, mas também ao nível da “competitividade da região”.

Na cerimónia, o presidente da Câmara de Lisboa afirmou que a conclusão da CRIL, prevista para 2009, vai permitir à cidade “recuperar de um atraso de décadas” e

reinventar a segunda circular, para que se transforme “numa avenida urbana”.

A conclusão da CRIL permitirá “definir novamente os verdadeiros limites da cidade”, frisou António Costa, destacando que a obra permite “a requalificação urbana de um eixo particularmente degradado”.

O troço final desta via permitirá desviar do eixo norte-sul 40 mil carros por dia e outros 12 mil da calçada de Carriche.

Com a conclusão da CRIL, obra orçada em cerca de 110 milhões de euros, o Governo do PS consegue desatar os nós que impediam a conclusão deste projecto, essencial para a mobilidade e qualidade de vida na região de Lisboa.

As obras do troço final da CRIL vão envolver os concelhos de Lisboa, Amadora e Odivelas.

Aprovados novos mecanismos na gestão da rede rodoviária

O CONSELHO de Ministros aprovou a concessão do financiamento, concepção, projecto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária, à nova empresa Estradas de Portugal (EP, SA), sociedade anónima de capitais públicos.

Para administrador desta nova estrutura, que terá como função a gestão de toda a rede rodoviária nacional, o Governo escolheu Almerindo Marques que desempenhava até agora as funções de presidente do conselho de administração da RTP.

Segundo a resolução agora assinada, o modelo de concessão, que se prolongará por um período de 75 anos, “em coerência com o já definido para outras infra-estruturas de grande dimensão, como é o caso das barragens”, como realça o Governo, mantém integralmente na esfera pública a rede rodoviária nacional.

Por outro lado, ficou igualmente determinado que a instalação de portagens fica circunscrita apenas às auto-estradas e às grandes obras de arte, como túneis e pontes, desmentindo deste modo o Governo que a medida possa ser estendida também a outras estradas, como os Itinerários Principais (IP) ou aos Itinerários Complementares (IC).

O Estado manterá e continuará a assumir as suas responsabilidades

no que respeita às prioridades de investimento em relação à concretização do Plano Rodoviário Nacional, quer ao nível da redução da sinistralidade rodoviária, quer ao nível da sustentabilidade ambiental.

Mário Lino anuncia plano de obras

Confirmando a importância que o Executivo liderado por José Sócrates dedica a este sector, o ministro das Obras Públicas, adiantou a este propósito, que o Governo vai anunciar nos próximos dias, o plano de obras relativamente às auto-estradas e outras vias rodoviárias que serão construídas a partir do próximo ano de 2008.

O calendário, disse Mário Lino, “está já definido e aprovado em Conselho de Ministros”, apontando para dentro de aproximadamente um mês o anúncio das “novas auto-estradas e outras vias rodoviárias que serão construídas em 2009 e 2010”.

O titular da pasta das Obras Públicas referiu ainda que na altura será explicado “ao pormenor” o que a Empresa Estradas de Portugal EP, SA, será obrigada a cumprir nos anos seguintes após o estabelecimento do acordo de concessão, adiantando que, quanto às verbas, “ficou determinado o pagamento ao Estado de uma renda de 124 milhões de euros nos primeiros anos de concessão”. **R.S.A.**

OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

Dentro de dois anos o país vai orgulhar-se por praticar maior justiça social, melhor distribuição da riqueza e de ter uma economia mais competitiva e empenhada no combate às dificuldades da economia global

A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E A ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES DE REFORMA OS SOCIALISTAS PODEM SENTIR-SE ORGULHOSOS DO GOVERNO QUE DERAM AO PAÍS

NA SOCIEDADE portuguesa há partidos que falam muito de Concertação Social, mas que, como bem sabemos, praticam muito pouco.

O último Governo de direita (PSD e CDS-PP) é disso exemplo.

Em dois anos e meio produziram enorme ruído, mas não concretizaram um único acordo.

Por isso, recordar o papel deste Governo em matéria de Concertação Social é útil para colocar a demagogia e o populismo do recém-eleito líder do PSD, Filipe Menezes, no lugar que merece.

Na linha do que era espectável, este líder “ausente”, a propósito do OE 2008, disse que o Governo de José Sócrates é incapaz de promover a concertação e, para impressionar a opinião pública usou a seguinte afirmação: «Este Governo não gosta de concertação social e é incapaz de concertar com parceiros posições comuns, susceptíveis de aproximar maneiras diferentes de ver a resolução dos problemas ...». Ora, Menezes, que sabe muito bem que nada do que disse é verdade – os órgãos de comunicação social divulgaram profusamente os acordos celebrados entre o governo e os parceiros sociais em sede de concertação social – com este tipo de atitude confirma a ideia que dele têm, não só os portugueses, mas também o próprio partido. Não é pessoa de confiança. Dirá sempre o que lhe parece que melhor serve os seus objectivos! Para que o país e os socialistas não tenham a menor dúvida, o Governo liderado pelo nosso camarada José Sócrates, em menos de dois anos, concretizou cinco acordos sectoriais, a saber:

Código de Trabalho, que veio agilizar a negociação colectiva de molde a evitar vazios contratuais e a incentivar os parceiros para uma negociação séria; protecção no desemprego, valorizando a carreira contributiva e eliminando aproveitamentos indevidos do regime de segurança social; reforma da Segurança Social, visando a sua sustentabilidade financeira e a garantia de que não haverá roturas num futuro próximo; formação profissional, orientado para uma real e efectiva qualificação e valorização profissionais; Salário Mínimo Nacional (RMMG), com o objectivo de concretizar aumentos substantivos entre 2007 e 2011.

Recordar o papel deste Governo em matéria de Concertação Social é útil para colocar a demagogia e o populismo do recém-eleito líder do PSD, Filipe Menezes, no lugar que merece

Fica a demonstração da inconsistência do discurso de Menezes e, à medida que o tempo vai passando, muitas outras afirmações cairão em igual contradição.

Deixemos, por agora, de parte este novo personagem da vida pública nacional e dediquemo-nos ao que verdadeiramente interessa – a evolução do salário mínimo e o aumento das pensões de reforma.

É conhecida a importância que estes dois instrumentos têm no bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias e, por isso, nos dispensamos de o evidenciar.

Nos próximos anos, fruto de um acordo histórico e inédito celebrado pelo Governo liderado pelo camarada José Sócrates, os

portugueses terão aumentos no salário mínimo que excedem largamente a inflação e invertem uma tendência que submetia muitos cidadãos a desigualdades.

Há um ano atrás o Governo acordou com os parceiros sociais um objectivo de médio prazo, nunca antes tentado no nosso país, assumindo que o salário mínimo deverá atingir, em 2009, o valor de 450 euros e em 2011, os 500 euros!

Esta será, sem sombra de dúvida, mais uma das marcas emblemáticas que o Partido Socialista deixará na sociedade portuguesa.

Marca que contribuirá, de forma decisiva, para combater as dificuldades que se colocam aos cidadãos de mais baixos recursos, para aproximar o país, não só de níveis salariais mais justos e conformes com a modernidade, mas também mais próximos dos salários praticados na comunidade Europeia.

Dentro de dois anos o país vai orgulhar-se por praticar maior justiça social, melhor distribuição da riqueza e de ter uma economia mais competitiva e empenhada no combate às dificuldades da economia global

Esta mudança de paradigma não podia esquecer a realidade económica do país e, nessa medida, obter o empenhamento das empresas e dos trabalhadores era tarefa fundamental.

Sem eles, sem o seu empenhamento, as alterações necessárias à dinamização da economia, quer as que favorecem o consumo e que resultam dum maior poder de compra dos cidadãos, quer as que levam ao favorecimento da modernização do tecido empresarial e as que dão efectivo combate à economia subterrânea, não seria possível concretizar mais uma medida de justiça, de equidade social.

Dentro de dois anos o país vai orgulhar-se por praticar maior justiça social, melhor distribuição da riqueza e de ter uma economia mais competitiva e empenhada no combate às dificuldades da economia global.

Também a actualização das pensões deixou de estar ao sabor dos ciclos eleitorais. No passado, o crescimento do valor das pensões era maior ou menor, consoante estivessemos próximos ou distantes dos actos eleitorais. Era, convenhamos, uma situação injusta, uma vez que desprezava, ou não tinha na devida conta as necessidades dos pensionistas. Apenas contava a leitura de oportunidade que os governos faziam.

Ora, apesar de alguns poderem pensar que a manutenção desse modelo poderia ser útil ao partido socialista, a verdade é que o nosso camarada José Sócrates, em nome da justiça social, decidiu eliminar esse instrumento discriminatório e penalizador para mais de dois milhões de pensionistas da Segurança Social.

Com as alterações introduzidas, as pensões crescerão, não ao ritmo dos actos eleitorais, mas tão só ao ritmo do crescimento da economia, da produtividade e da inflação. Este é o modelo que trará justiça na actualização das pensões de reforma. Este é o modelo que colocará os cidadãos a coberto das tentações dos menos escrupulosos e dos demagogos e populistas.

Os Socialistas podem sentir-se orgulhosos do governo que deram ao país.

OPINIÃO



AGOSTINHO
GONÇALVES
Deputado do PS

Para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para os seus cerca de um milhar de trabalhadores e suas famílias, o projecto dos chamados patrulhões, no valor de 14,58 milhões de euros, é, pois, essencial

EVOLUÇÃO POSITIVA NO ORÇAMENTO DA DEFESA

O ORÇAMENTO do MDN para o ano de 2008 representa uma evolução fortemente positiva na continuidade”.

Tal juízo parece-me relativamente fácil de demonstrar.

No quadro global da afectação deste Orçamento do Ministério da Defesa Nacional, comparando com a estimativa para o ano orçamental em curso, constata-se o seguinte:

- diminuiu o que pode e o que deve diminuir;
- aumenta o que pode e o que deve aumentar.

Assim, vejamos:

- diminui fortemente a despesa afecta aos Gabinetes dos membros do Governo: qualquer coisa como menos 47,2 por cento.

- aumenta fortemente a despesa concernente à Lei de Programação Militar: qualquer coisa como mais 67,6 por cento; quer isto dizer que se gasta mais e melhor na Defesa – precisamente onde o aumento da defesa é reprodutivo e necessário: no reequipamento das Forças Armadas.

- aumentam significativamente os investimentos do Plano: mais 31,8 por cento;
- diminuem-se as verbas com encargos sociais: menos 17 por cento nas verbas com pensões de reserva; menos 21 por cento nas verbas da saúde.

Aqui, a economia resulta das necessidades de austeridade que todos os portugueses têm de partilhar – e que tem permitido o saneamento financeiro do nosso Estado, condição indispensável do nosso relançamento económico. E os nossos militares, estou certo, não querem ser excepção.

A economia nas pensões de reserva deriva, entre outras razões, de uma medida inteligente e necessária: a limitação do tempo de permanência na reserva.

A diminuição dos gastos na saúde, tem muito a ver com o esforço de racionalização feito nas ADM – a Assistência na Doença aos Militares.

Uma boa continuação de políticas – comecei eu por dizer.

E algo que já não acontecia há um certo tempo: um aumento do valor global das verbas atribuídas ao Ministério da Defesa Nacional aumento percentual, face às despesas da Administração Central.

E algo, ainda, que também já não acontecia há um certo tempo: baixou em cinco por cento a verba cativada ao Ministério da Defesa.

Eis, pois, não só uma boa continuação de políticas, como, ainda mais, uma boa melhoria dessas políticas. E tudo isto feito numa consabida situação de grande constrangimento financeiro e austeridade orçamental...

Como homem do Norte, não posso deixar de sublinhar, com apreço, o que significa para a economia nortenha e nacional (e, também, para a Indústria de Defesa portuguesa) o investimento nos NPO – os Navios de Patrulha Oceânica.

Para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para os seus cerca de um milhar de trabalhadores e suas famílias, o projecto dos chamados patrulhões, no valor de 14,58

milhões de euros, é, pois, essencial.

Aliás, há outros dois grande projectos – com incidência nos domínios costeiro e oceânico – que têm elevado interesse nacional:

- os da construção dos NCP – Navios de Combate à Poluição – e das LFC – Lanchas de Fiscalização Costeira. Ao primeiro, estão afectos 5,65 milhões de euros; ao segundo, 9,8 milhões de euros.

Quero, ainda, sublinhar o que é um motivo de orgulho e de prosperidade para a indústria nacional de defesa – além de constituir um acréscimo significativo para a melhoria de capacidade de intervenção do nosso Exército (e da nossa Infantaria de Marinha): refiro-me à construção de mais de duas centenas de viaturas blindadas de rodas. Aquelas que têm sido feitas em território nacional, não têm defeitos

Neste Orçamento para 2008, há, ainda e por fim, dois tópicos que queria referir, não só pelo seu significado material, como, e sobretudo, pelo que significam para uma boa Política de Defesa:

- o primeiro é a grande valorização que é atribuída à edificação de capacidades conjuntas, relevantes para a operacionalidade e intervenção conjunta das várias compo-



mentes do Sistema de Forças Nacional. Às medidas de realização desse desígnio estão atribuídos 81 milhões de euros;

- o segundo é o facto de à Força Aérea estar atribuída a maior verba afectada a qualquer dos três Ramos das Forças Armadas, no próximo ano de 2008: qualquer coisa como 110 milhões de euros, mais de 27 por cento do esforço orçamental. A maior fatia dessa verba vai para a capacidade de operações aéreas, para aquisição e modernização de aeronaves P3.

Sendo os P3 aeronaves que têm a sua vocação de excelência no patrulhamento aéreo de longo raio de acção, quer isto dizer que Portugal assume, por inteiro, as responsabilidades que lhe cabem como Nação e Estado soberano de projecção marítima, de configuração arquipelágica, e ainda, as suas obrigações internacionais de vigilância e de segurança no maior espaço marítimo que se encontra atribuído a qualquer Estado europeu.

Por tudo isto, este orçamento permitirá melhores capacidades de projecção e protecção das forças, em particular, as Forças Nacionais destacadas em Teatros de Manutenção de Paz e gestão de crises, terão mais segurança e mais fortes meios de persuasão.

Certamente, todos faremos mais e melhor quando dispusermos de mais meios.

Lá chegaremos – e mais cedo do que

Deputados socialistas de Setúbal visitaram Autoeuropa e centro de formação



OS DEPUTADOS eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal do PS visitaram recentemente a Autoeuropa, onde reuniram com a Administração e Comissão de Trabalhadores (CT).

O objectivo foi, por um lado, o de apresentar cumprimentos ao novo presidente da Autoeuropa, Jörn Reimers, e, por outro, analisar com a administração e CT as prioridades existentes na empresa, tendo-se disponibilizado para o que fosse necessário em matérias das competências em que intervêm.

As reuniões, “muito produtivas, puseram em evidência as condições de excelência da empresa em Portugal, muito se devendo à qualidade e esforço dos seus trabalhadores, que são garante da preferência para o novo veículo que virá substituir o Alhambra”, afirmou ao “Acção

Socialista” o deputado Vítor Ramalho.

Os deputados socialistas visitaram ainda a ATEC, uma academia de formação profissional fundada pela Autoeuropa, pela Siemens, Bosh e Câmara de Comércio Luso-Alemã, que apoia formação de activos e desempregados à procura do primeiro emprego. Prossegue também objectivos de grande excelência, sendo apoiada pelo IEF. “A ATEC é um centro de formação excepcional, em qualquer parte do mundo”, frisou Vítor Ramalho, adiantando que “a empregabilidade das pessoas formadas neste centro é de 90 por cento”.

Esta iniciativa insere-se no conjunto de visitas que os deputados do PS tem vindo a fazer a vários concelhos do distrito. J. C. C. B.

PS de Alcanena organiza II Fórum Autárquico

SERÁ no próximo dia 1 de Dezembro, com início marcado para as 14h30 no Auditório Municipal de Alcanena, que a Comissão Política Concelhia vai realizar a 2ª sessão do Fórum Autárquico: “Construir o Futuro”.

A exemplo da iniciativa realizada em Outubro de 2006, este fórum destina-se a reunir todos os socialistas do concelho, autarcas eleitos e outros interessados.

Terá como objectivos:

- Avaliar o trabalho autárquico em cada uma das freguesias e no concelho em geral;

- Apresentar propostas relevantes para a sua integração no próximo Plano Plurianual de Investimentos e acompanhar os projectos em curso;

- Perspectivar o desenvolvimento do concelho de Alcanena aos vários níveis.



Para além das intervenções dos autarcas socialistas do concelho, estão previstas as presenças de Fernanda Asseiceira, presidente da Comissão Política Concelhia de Alcanena, de António Rodrigues, presidente da Federação de Santarém, de José Alho, de Humberto Rosa e de Vieira da Silva.

70 milhões de euros para promover a igualdade de oportunidades

NO ÂMBITO do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007/2013), o Governo transferirá cerca de 70 milhões de euros para a promoção de políticas de igualdade de oportunidades e combate às discriminações, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates.

Falando na conferência de encerramento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, no Centro Cultural de Belém, em que participam cerca de 600 pessoas em representação de 30 países, José Sócrates elogiou a iniciativa, que “permitiu pôr no topo da agenda política europeia valores civilizacionais tão importantes que integram, de pleno direito, aquela que é a identidade matricial da União Europeia.

Numa intervenção em que explicou as linhas mestras em que assenta a política de promoção da igualdade de oportunidades do seu Governo, Sócrates referiu que “o QREN contempla com 70 milhões de euros intervenções específicas para a igualdade de género e privilegia em todas as medidas e eixos as intervenções com impacto no domínio da igualdade de oportunidades e do combate às discriminações múltiplas”.

E sublinhou ainda que o Governo do PS adoptou uma nova lei de migração com “políticas activas de integração”, aprovou no Parlamento uma lei da paridade e definiu planos nacionais de acção para a inclusão, igualdade, integração dos imigrantes, integração das pessoas com deficiência ou incapacidades, contra a violência doméstica, e contra o tráfico de seres humanos.

“Estas iniciativas estão enquadradas num vasto programa político integrado que visa proteger todos os sectores da nossa socie-



dade que sofrem discriminações ou se encontram em situação de maior risco desde os imigrantes aos idosos em condições de maior fragilidade, através de concretas políticas públicas”, disse.

No entanto, o primeiro-ministro salientou que apesar das medidas adoptadas em Portugal e de a União Europeia ter um modelo social “exemplar”, continua a ser

“vasto” e “complexo” o caderno de encargos dos Estados-membros em relação a discriminações de género étnicas, xenofobia, pobreza ou em função da orientação sexual ou da orientação religiosa.

“A verdade é que a desigualdade de condições e as diferenciações negativas em todas estas matérias representam não só um grave erro moral, mas também um grave erro

social, económico e cultural que nenhum país democrático se deve e se pode permitir”, acrescentou.

Por sua vez, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, comparou o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades a uma “intensa sementeira” de valores e atitudes que permitirá colher no futuro o “fruto saboroso de uma Europa mais justa”.

A seguir falou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, para quem as discriminações desfavorecem a coesão social, considerando que é nas sociedades “com menos coesão, com maiores números de pobreza, com mais exclusão, que se desenvolvem com mais facilidade os mecanismos de discriminação”.

Mulheres Socialistas dizem “não” à violência doméstica

«AJUDE a acabar com este flagelo. Num virar de página». Foi com esta mensagem - impressa a vermelho, na capa de um pequeno bloco de notas de cor preta - que o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, o Departamento de Mulheres da FAUL e jovens socialistas da mesma Federação foram para o Terreiro do Paço, em Lisboa, na manhã do último domingo, dia em que se assinalou, em todo o Mundo, o combate à violência contra as Mulheres.

Apesar do frio que se fazia sentir, foram várias(o)s a(o)s socialistas que responderam à chamada, concentrando-se naquela praça lisboeta ou percorrendo alguns dos locais daquela zona da baixa, para interpelar quem passava, numa acção de sensibilização para esse enorme flagelo mundial



que é a violência contra as mulheres, nomeadamente a violência doméstica que, só no nosso país, no ano passado, matou 39 mulheres.

Com o milhar de blocos distribuídos na manhã lisboeta, foram outras tantas as mensagens que foram distribuídas, lembrando que a violência doméstica é um crime público, que todos e todas devemos denunciar.

À mesma hora, em várias capitais de distrito, foram promovidas iniciativas semelhantes pelas Mulheres Socialistas dos respectivos Departamentos Federativos, que distribuíram também os blocos de notas, em locais de grande concentração, como forma de levar a mensagem aos cidadãos e às cidadãs de outros pontos do país, para que ninguém fique indiferente.

“Estamos a conciliar com o crescimento

VICTOR BAPTISTA, COORDENADOR DO GP/PS NA ÁREA DO ORÇAMENTO:

“Portugal na perspectiva do Governo e de acordo com as projecções macroeconómicas das Finanças vai crescer de novo acima da média da União Europeia”.

O défice das contas públicas está a descer, a economia a crescer e o desemprego começa a dar mostras de uma ligeira cedência invertendo a sua tendência ascendente dos últimos anos.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o deputado socialista Victor Baptista afirma que até ao fim da legislatura o Governo tem vindo a criar as condições para o cumprimento do objectivo da criação de 150 mil postos de trabalho.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Qual é, na sua perspectiva, a boa notícia que o Orçamento de Estado (OE) para 2008 traz aos portugueses?

Eu diria que este OE tem várias boas notícias:

A primeira é em relação aos chamados défices excessivos. Nos últimos cinco anos os sucessivos governos tentaram sem êxito baixar o défice das contas do Estado. Este OE consegue este propósito de colocar o défice abaixo dos três por cento, e sem receitas extraordinárias, uma baixa que resulta de reformas estruturais.

A segunda respeita ao crescimento económico. Algo que também não acontecia há pelo menos três anos. E sem crescimento económico, não haverá aumento do emprego, daí a relevância deste facto. Este OE estabelece um crescimento do produto de 2,2 pontos percentuais, 0,1 por cento acima da média europeia cuja projecção é de 2,1 por cento. A esta projecção do crescimento da economia associamos evidentemente a inversão do crescimento do desemprego e esperamos uma descida da taxa de desemprego de 0,3 por cento relativamente ao final de 2007.

A terceira relaciona-se com a redução da taxa do IVA, de 12 para cinco por cento, em relação a alguns bens alimentares essenciais, em particular alguns produtos lácteos. O que constitui um primeiro sinal da vontade deste Governo de, logo que as finanças públicas o permitam, baixar os impostos. Há, ainda, outras excelentes notícias.

Mas para além destas áreas existem ainda outras que lhe mereçam particular destaque?

Sem dúvida. Há, de facto, um conjunto de outras novidades que este OE insere e que importa referir. É o caso, por exemplo, do reconhecimento da degradação das zonas históricas das cidades, e daí a aposta na sua reabilitação. A

redução da taxa do IMI para quem invista na requalificação dos espaços urbanos e a redução da taxa do IVA para os 5 por cento nas obras de recuperação de edifícios degradados, são disso outro dos exemplos.

Pode inferir-se que estando o défice das contas públicas a caminho de ser controlado, o Estado prepara-se para avançar com um conjunto de políticas de investimento?

Considero este Orçamento como um OE de viragem, e sobretudo um Orçamento de esperança. Os dias de aperto do cinto começam finalmente a minguar e tal facto resulta da melhoria das condições financeiras do País. De viragem, porque os funcionários públicos, pela primeira vez e desde há alguns anos, não vão perder poder de compra. De esperança, na medida em que surgem os primeiros sinais de desagravamento de impostos, registando-se apenas um agravamento nos chamados impostos do vício: o tabaco e o álcool. Diria que é um Orçamento que abre uma boa perspectiva para 2008 e mais do que isso augura um bom ano de 2009.

Tudo o indicia, o Governo poderá até 2009 actuar na área fiscal, baixando o nível de alguns impostos e por mim desejaria que a prioridade fosse sobretudo os impostos sobre os rendimentos. Compreendi politicamente a subida extraordinária do IVA consignada à Segurança Social. Mas, atendendo ao endividamento das famílias, a prioridade não deveria ser a descida dos impostos sobre o consumo. Lá diz o ditado popular: “É no meio que está a virtude”, ou seja, por outras palavras, parece-me politicamente aconselhável a descida simultânea e mais lenta nos dois tipos de impostos. E não poderemos esquecer a importância no crescimento do produto do investimento público, daí que, ainda nesta fase, para mim, seria necessário compatibilizar a descida



“a descida do défice no crescimento da economia”

de impostos com a necessidade de intensificar o crescimento do investimento público.

Há, como garante o Governo, uma efectiva consolidação orçamental?

É uma realidade indiscutível. Contrariando a vontade dos opositores, a consolidação orçamental das finanças públicas está a ser feita como poderia e deveria ser feita. Por um lado, pelo lado da despesa, em cerca de 80 por cento, estou obviamente a falar da despesa indexada ao produto, e por outro, em 20 por cento pelo lado da receita. Ou seja, a redução do défice, de 6,1 no final de 2005, para os 3 por cento no final de 2007 e que ninguém ousa duvidar, foi conseguido através da contracção da despesa em 2,4 por cento do PIB e o crescimento da receita em 0,7 por cento do PIB.

Mas os partidos da oposição têm vindo a defender a descida nominal da despesa. Não encara esta hipótese como razoável?

Teria sido um enorme disparate, e até uma irresponsabilidade. O país estaria já hoje mergulhado numa enorme conflitualidade social. Teríamos transformado uma crise económica e das finanças públicas, numa crise social. O difícil é consolidar as finanças públicas sem tensões sociais. Foi isto que o Governo conseguiu fazer e bem. Acresce que têm de nos dizer qual foi o país da UE que consolidou ou estará preparado para consolidar as suas finanças

“A redução do défice, de 6,1 no final de 2005, para os 3 por cento no final de 2007 e que ninguém ousa duvidar, foi conseguido através da contracção da despesa em 2,4 por cento do PIB e o crescimento da receita em 0,7 por cento do PIB”

públicas através da redução nominal da despesa, em particular, permitam-me a expressão, de um dia para o outro. Os defensores de tal tese, não só contrariam a base de estudo em que assenta o Eurostat, como, peço desculpa, mais parecem uns “incendiários”, que em vez de apagarem a fogueira a alimentam com gasolina.

Onde é que iriam cortar? Mandavam funcionários públicos para desemprego! Cortavam nas áreas sociais, nas pensões! Reduziriam drasticamente as transferências financeiras para os municípios e para as regiões! Só com uma enorme irresponsabilidade política é que se pode defender um cenário desta natureza. Há partidos que fazem oposição pela oposição, e partem do princípio de que fazer oposição é sempre estar a dizer mal de tudo e de todos.

Os ajustamentos orçamentais terão sempre de ser ajustamentos lentos. Senão abriam-se as portas a conflitos sociais. Elaborar e gerir um Orçamento não é, nem poderá ser sinónimo de instabilidade. Teremos de ter sempre no horizonte preocupações que se relacionam com a confiança dos agentes, de gestão das legítimas expectativas, sobretudo se queremos investimento estrangeiro, investimento público e mais investimento nacional.

A reforma da Administração Pública constitui um passo fundamental para a modernização do país. O Governo tem andado bem ou, em sua opinião, podia ter caminhado mais depressa?

A reforma da Administração Pública não é um passo fácil. Se fosse fácil outros já a teriam iniciado. O Governo assumiu esta responsabilidade e, entretanto, alguma coisa já foi feita, estou convencido com resultados mais visíveis no próximo ano.

Na gestão de recursos humanos entre as entradas e saídas há uma descida global de mais de 14 mil funcionários públicos. Esta evidência que é traduzida no próprio Orçamento de Estado, uma vez que nas remunerações certas e permanentes, isto é no pagamento de salários, verifica-se uma descida de 1 por cento. Os novos recrutamentos assentam em cada duas saídas do activo, temos uma só entrada. A redução de serviços e de chefias são exemplos duma estratégia e de uma caminhada.

A reforma da Administração Pública não se restringe às despesas com pessoal. Esta reforma significa muito mais e visa sobretudo inverter uma situação em que a Administração Pública ainda é olhada com uma certa desconfiança.

Chegou o momento de, em prestígio dos funcionários públicos, se distinguirem os bons dos menos bons. Temos de valorizar os mais empenhados, os mais diligentes. Terminou a fase de todos progredirem independentemente da qualidade do seu trabalho, da sua assiduidade ou da sua competência.

O primeiro-ministro tem vindo a repetir que a reforma da Administração Pública, estará em velocidade de cruzeiro em 2009, com todas as boas consequências daí resultantes para o país.

O desemprego continua a constituir um problema. Ainda é legítimo continuar-se a falar na criação até ao fim da legislatura de 150 mil postos de trabalho?

Pareceu-me um objectivo ambicioso e hoje cada vez mais um objectivo realista. Neste momento, é sabido, que a economia já foi capaz até ao momento de criar mais de 60 mil postos de trabalho líquidos. Há duas formas distintas de encarar o mercado de trabalho: uma é olharmos o desemprego associada também ao crescimento da população activa, e nesta medida constatamos estarmos afastados dos objectivos desejados; a outra forma é olharmos não só para a evolução histórica do desemprego, mas sobretudo analisarmos a criação líquida de emprego. No primeiro trimestre de 2002, com o Governo do PS liderado por António Guterres, a taxa do desemprego em Portugal era de 4,4 por cento, e cerca de dois anos depois, no quarto trimestre de 2004, já com os governos de Durão Barroso e de Santana Lopes, essa mesma taxa do desemprego cresceu para 7,6 por cento. Isto significa que, neste período, o desemprego cresceu mais 70 por cento, surpreendente! Com José Sócrates, a taxa de desemprego estagnou no seu crescimento exponencial e situase nos 7,9 por cento.

E a situação está a ser invertida com este Governo?

Os dados assim o demonstram. É certo que o desemprego é muito preocupante, mas não deixa de ser interessante olhar os números para melhor compreender a verdadeira situação do desemprego em Portugal. Na passagem do quarto trimestre de 2004 para o segundo trimestre de 2007 a taxa do desemprego passou para 7,9 por cento. Registou-se uma subida ligeira de 5 por cento, percentagem que se situa, todavia, muito longe da subida de 70 por cento verificadas nos governos de direita. A taxa do desemprego resulta

de duas variantes que importa não separar quando queremos analisar esta realidade. Por um lado, temos o número de desempregados, e, por outro, a população activa. É preciso analisar estas duas componentes para friamente conhecermos a criação ou extinção do emprego líquido. E os números falam por si:

No primeiro trimestre de 2002, com o Governo socialista de António Guterres, tínhamos em Portugal 5.131.800 empregados. E no primeiro trimestre de 2005, quando o Governo do PSD/CDS saiu do Governo, tínhamos em Portugal 5.094.400 empregados, isto é, tinham desaparecido 37.400 empregos.

Actualmente, e segundo dados do terceiro trimestre de 2007 temos 5.200.300 empregados, ou seja com este Governo foram criados até ao momento mais 105.600 empregos.

Quando questionam a promessa eleitoral da criação dos 150 mil postos de trabalho, é bom recordar que não se tratava de uma promessa, mas sim de um objectivo, constatamos que em apenas dois anos e meio, o Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, criou as condições para que a economia até ao momento contribuisse para mais 105.600 novos empregos, simultaneamente o número de desempregados em Portugal está a baixar há dezanove meses consecutivos.

Há da parte do Governo, como diz a oposição, uma obsessão pelo défice?

Não, essa expressão não é nova e tem um autor, Jorge Sampaio. Quando Presidente da República, afirmou que “havia mais vida para além do défice”, dirigindo-se então ao Governo liderado por Durão Barroso, e que tinha em Manuela Ferreira Leite a sua máxima expressão, nessa altura foi uma chamada de atenção, ainda que indirecta, para a necessidade de fazer crescer a economia. Na altura o debate político era um debate de raciocínio circular, com epicentro no défice público. Tudo se sacrificava em nome das contas públicas e por isso mesmo chegámos onde chegámos. A realidade de hoje é muito diferente e este Governo está de facto a ser bem sucedido no combate ao défice e simultaneamente tem contribuído para fazer crescer a economia. Considero um disparate alguém dizer que há uma obsessão pelo défice, quando muitos dizem que o país está no caminho certo, situação reconhecido pela União Europeia e pelo FMI, para além de outras agências internacionais de reconhecida competência.

Sócrates reafirma "caminho reformista" do Governo

O LÍDER do PS e primeiro-ministro José Sócrates reafirmou, em Coimbra, no plenário de militantes de 25 de Novembro, que o Governo vai prosseguir no "caminho reformista" e destacou que, desde 2005, foram criados 105,9 mil novos postos de trabalho.



AO NÍVEL das políticas sociais, o dirigente socialista destacou a reforma da Segurança Social e o complemento solidário, que abrange já 50 mil idosos, alguns dos quais com um apoio de mais 100 euros por mês, a acrescentar à pensão.

"Portugal deixou de figurar na lista dos que tinham um sistema em risco e hoje tem uma Segurança Social mais forte, recusando a sua privatização como os partidos da direita queriam", afirmou, arrancando uma grande ovação dos militantes.

O esforço do Governo na cons-

trução de creches e o aumento do apoio à natalidade e dos abonos de família foram também referenciados por José Sócrates.

"Não me recordo de dois anos em que se tenha feito tanto nas políticas sociais, como nestes últimos", salientou o secretário-geral do PS.

Reconhecendo que o desemprego é o "problema mais sério que o país enfrenta", José Sócrates sublinhou que desde 1998, "não havia

tantos portugueses a trabalhar", com 5,2 milhões de empregados.

"Desde 1998 que não tínhamos tantos portugueses a trabalhar. A economia está a gerar empregos", afirmou o líder socialista, que falou ininterruptamente durante cerca de uma hora, tendo por detrás a inscrição "2005-2007 Um Governo com resultados".

Ao analisar os seus dois anos e meio de mandato, José Sócrates

destacou o esforço do Executivo na contenção do défice orçamental, na retoma do crescimento económico, na educação e a aposta numa nova geração de políticas sociais como os quatro pontos principais da sua acção governativa.

"Dois anos depois de tomarmos posse, ainda este ano, em 2007, o PS no Governo porá as contas públicas em ordem e o défice orçamental estará finalmente contido dentro dos limites dos acordos internacionais do país", afirmou.

"Este ano, um ano antes do nosso programa, o défice orçamental estará contido nos três por cento", precisou.

Considerando que "as reformas eram indispensáveis em Portugal", José Sócrates destacou o crescimento económico de 2007, com uma taxa de 1,8 por cento, foi o maior dos últimos cinco anos, e superior à soma dos anos da governação do anterior Governo (2002-2005).

"O crescimento económico ainda não é aquilo que desejamos, mas é um crescimento sustentado. Estamos a melhorar ano após ano e em

2008 esperamos crescer acima dos dois por cento", sublinhou o líder do PS.

Aos militantes, José Sócrates falou do empenho do Governo na educação, com a introdução de aulas de substituição, o concurso de professores por três anos e a passagem de 30 para 70 por cento no número de escolas do 1.º ciclo que servem refeições aos alunos.

Para o secretário-geral do PS, o programa Novas Oportunidades foi aquele que "mais orgulho" lhe deu, com 300 mil portugueses actualmente inscritos para adquirir uma dupla certificação.

"Essas pessoas são exemplos de coragem, esforço e dedicação", frisou o líder do PS, que reiterou hoje a aposta do Governo no aumento da qualificação dos portugueses como "fundamental para o nosso sucesso".

Para 2008, Sócrates voltou a sublinhar que, pela primeira vez, o Orçamento de Estado vai dedicar à Ciência um por cento do Produto Interno Bruto, para financiar o investimento público no sector.

Ajudar a construir um país melhor

"COM este Orçamento queremos ajudar a construir um país melhor, o Portugal que os portugueses merecem" afirmou Alberto Martins a concluir a sua intervenção aquando da votação final global do Orçamento de Estado (OE) para 2008, o qual foi aprovado com os votos favoráveis do PS.

Tendo começado por referir que o OE para o próximo ano é de rigor e crescimento, aliás como os anteriores oriundos do Governo liderado por José Sócrates, e que coloca Portugal dentro Pacto de Estabilidade e Crescimento, logo a salvo do procedimento por défice excessivo, o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) sublinhou que o documento é de molde a perspectivar um crescimento económico acima da média europeia.

Depois de zuzir fortemente nos orçamentos elaborados pelos governos de direita da responsabilidade da coligação PSD/CDS, em que os défices foram maquiados através de "grotesca operação de suborçamentação" e com recurso a receitas extraordinárias, Alberto Martins comparou os números relativos ao peso da despesa no PIB que desceu em média 1,2 por cento com o PS e que com o anterior governo de direita aumentou todos os anos, em média, 1,2 por cento; à dívida



pública que agora diminui 0,4 por cento, enquanto na governação da direita cresceu 2,8 por cento; finalmente, o défice que reduziu-se de 6.1 por cento (em 2005) para 3 por cento já em 2007. Em matéria de redução do défice, o presidente do GP/PS fez questão em sublinhar que esta descida ficou sobretudo a dever-se à redução da despesa.

Em relação ao posicionamento das oposições face ao OE para 2008, Alberto Martins foi contundente para os partidos da

direita: "Face a um orçamento progressista e de solidariedade, os partidos da direita votam contra por conservadorismo social. O PSD vota contra com o mesmo conservadorismo social com que votou contra a procriação medicamente assistida e contra o projecto-piloto de troca de seringas em meio prisional. O CDS vota contra com o mesmo conservadorismo social com que votou contra a despenalização da IVG e a nova lei da imigração, se absteve na lei da nacionalidade ou propôs a redução da idade de imputabilidade de menores para 14 anos", afirmou. Ainda segundo Alberto Martins, "porque o orçamento defende e garante o Estado Social, PSD e CDS votam contra também em consonância com a sua indistigável pulsão neoliberal. É, de resto, o mesmo neoliberalismo que os levou a votar contra a reforma de Segurança Social e a propor a sua privatização, o mesmo neoliberalismo que levou o PSD a propor a gestão privada das escolas e o CDS a votar a favor, o mesmo neoliberalismo que os levou a absterem-se na revisão do Código do Trabalho no sentido de relançar a contratação colectiva, ou no novo regime de arrendamento urbano que equilibra os direitos dos inquilinos e dos senhorios", recordou.

No que respeita aos partidos que se situam à esquerda do PS, considerou que "perante um orçamento reformista que salvaguarda os valores matriciais do Estado Social moderno, os partidos à nossa esquerda votam contra por imobilismo e situacionismo. Aliás, o mesmo imobilismo e situacionismo que levaram o PCP e o BE a votar contra a convergência do regime de aposentação da função pública com o regime geral; o Estatuto da Carreira Docente; a Avaliação na Administração Pública; a reforma da Segurança Social; a Revisão do Código do Trabalho; o Regime jurídico da urbanização e edificação; ou a Bases da Política de Ordenamento do Território", afirmou Alberto Martins. .

Por fim, o Presidente da bancada socialista em S. Bento saiu em defesa do Estado Social que se reflecte no Orçamento, tendo a propósito afirmado que "será tão culpado pela falência futura do Estado Social aquele que o deseja destruído desde já cedendo à 'opção neoliberal' e ao fanatismo do mercado, como aquele que quer ver o Estado Social definhar pela ausência de adaptação às novas realidades, desde logo, pondo de lado a solidariedade entre gerações e o carácter de futuridade do nosso modelo social".

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa